

Conhecimento à venda (RENATO NUNES BITTENCOURT)

Saber é uma atribuição adquirida pelo estudo e impossível de ser comprada. Mas, com os poderes instituídos do capitalismo, aliado às instituições meramente mercadológicas, a sociedade reproduz a "ilusão do saber". Algo corroborado pela crise da família

NOS TEMPOS do capitalismo tardio, o sonho pessoal de se formar em um curso universitário se tornou uma possibilidade franqueada a todo indivíduo capaz de pagar a mensalidade de uma instituição de ensino; inúmeras facilidades são oferecidas, de modo a se agregar cada vez mais estudantes nos quadros universitários. Em princípio, tal mudança de paradigmas seria algo culturalmente excelente, pois mais indivíduos poderiam se especializar profissionalmente e assim favorecer o desenvolvimento social. Todavia, grande parte das mudanças de paradigmas acerca da flexibilização do acesso ao ensino superior ocorre por questões meramente mercadológicas, pois corporações empresariais, camufladas socialmente como instituições de ensino, e que fizeram do sistema de ensino um mercado extremamente lucrativo, um grande negócio movimentador da economia atual.

No mundo pós-moderno, qualquer pessoa agora pode ter seu diploma, desde que possa pagar pela obtenção do mesmo. Tal como destaca com precisão o sublime filósofo e educador Paulo Freire (1921- 1997), no contexto dessa realidade educacional norteadas pelo primado economicista: "O dinheiro é a medida de todas as coisas, e o lucro, seu objeto principal"¹.

¹ FREIRE, *Pedagogia do oprimido*, p. 51.

A estrutura educacional brasileira está cada vez mais permissiva; o excesso de flexibilidade nos processos de avaliação do ensino básico favorece o desenvolvimento consentido de analfabetos funcionais, indivíduos incapazes de compreender o sentido de textos intelectualmente mais refinados, assim como de expressarem suas próprias ideias de forma clara e consistente em escritos. Uma vez ingresso nessa instituição mantenedora da ideologia da "vida academicamente fácil", o estudante tende a se considerar para além de qualquer sistema de avaliação, "para além do bem e do mal", pois a própria instituição educacional capitaneia meios para que haja o mínimo índice de reprovação nas disciplinas ofertadas no decorrer da trajetória da graduação. O comunicólogo e escritor brasileiro Felipe Pena formula o valioso juízo crítico acerca das instituições universitárias comercialistas: "Nenhuma dessas recusava clientes, como eram chamados os alunos. Criar dificuldades para o acesso significava perder dinheiro. Qualquer um passava por provas de múltipla escolha, mesmo que errasse todas as questões. Para esses casos raros, havia uma segunda chance, feita rapidamente, antes que o cliente optasse por um concorrente"²

² PENA, *Fábrica de diplomas*, p. 55.



NO MUNDO PÓS-MODERNO, POR MEIO DE INSTITUIÇÕES MERCADOLÓGICAS, QUALQUER PESSOA PODE TER SEU DIPLOMA, DESDE QUE PAGUE PELA OBTENÇÃO DO MESMO

PAULO FREIRE (1921-1997), influenciou o movimento chamado Pedagogia Crítica, cuja didática se baseava na crença de que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade em contraposição à Educação alienante. Destacou-se por seu intenso trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política

O estudante da instituição de ensino "comercialista" é tratado como um cliente de empresa que sempre está com a razão, portanto, ele não pode de modo algum ser reprovado pelo professor, caso contrário o estudante-cliente procurará outra instituição universitária para seguir a sua frágil trajetória acadêmica eivada de resultados intelectuais pífios. O filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1998) é categórico ao criticar o dispositivo comercialista do ensino: "O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (bildung) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Essa relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu valor de uso"³.



A Educação passa a assumir a forma de "valor", de algo que pode ser vendido, quando na verdade o que se compra é o diploma, e não o conhecimento

³ **LYOTARD, A condição pós-moderna, p. 45.**

Quando ocorre uma reprovação, a culpa é do professor, quando o aluno não compreende o conteúdo da disciplina, a culpa é do professor, e assim sucessivamente, circunstância que evidencia o espírito de ressentimento entranhado nessa tipologia estudantil. No sistema comercialista de ensino, o professor é vítima constante de assédio moral e pressões institucionais para que possa satisfazer incondicionalmente os caprichos infantis dos alunos, cada vez mais narcotizados pela infame lógica monetária do "pagou, passou". De acordo com o crítico social estadunidense Christopher Lasch (1932-1994), "a expansão da Educação, que tinha por objetivo tornar as massas mais críticas com relação à autoridade estabelecida, encorajou um certo cinismo diante das declarações oficiais, mas também transformou as massas em ávidas consumidoras da publicidade e da propaganda, que a deixaram em um estado crônico de insatisfação e incerteza"⁴. O professor se tornou o inimigo das mentalidades obtusas. Cada vez mais são constantes casos em que alunos descarregam as suas frustrações existenciais nos professores, por meio de injúrias ou mesmo agressões físicas, sem que medidas corretivas adequadas sejam adotadas para proporcionar o estabelecimento do respeito para com a classe docente.

⁴ **LASCH, Refúgio num mundo sem coração, p. 215.**

O espaço educacional, que deveria promover o progresso do saber e a conscientização cidadã dos indivíduos, se converte em um local de conflito e exclusão. Talvez a crise da organização familiar seja uma das possíveis causas para a degradação do tecido social e sua inerente manifestação na conturbada realidade estudantil da contemporaneidade. Os valores morais e o senso de cidadania devem ser ensinados em especial pela família, cabendo a um estabelecimento de ensino transmitir os conteúdos pedagógicos de cada disciplina e reforçar, mediante a convivência pública cotidiana, a consciência cidadã. A estrutura familiar tradicional não é mais capaz de promover em seus jovens o desenvolvimento rigoroso do respeito, do senso de responsabilidade, da autonomia, postulando-se para os professores tal papel que caberia aos pais, alienados das suas funções basilares. O filósofo francês Gilles Lipovetsky (1944) salienta que "os pais, negligentemente, descarregam a própria culpa nos professores; não fiscalizam o comportamento dos filhos, cada vez mais embrutecidos diante da televisão; e não são mais capazes de incutir respeito"⁵.



No atual sistema de ensino, criar dificuldades para o aluno significa perder dinheiro. Por isso, os alunos deixaram de conviver com o fantasma da reprovação

⁵ **LIPOVETSKY, A sociedade pós-moralista, p. 143.**

O ritmo vertiginoso do sistema de trabalho em nossa sociedade capitalista e o despreparo familiar impedem que os filhos recebam a educação conveniente em seus lares, de modo que os pais projetam para a instituição escolar a responsabilidade pela educação total dos filhos, imiscuindo-se de seu dever primordial. Nessas condições, cabe ao docente a tarefa de inculcar nos estudantes valores que concerniam aos estamentos familiares. Conforme argumenta a comunicóloga Paula Sibília, "o desabamento das antigas hierarquias no seio familiar e escolar, essa indistinção gradual entre os papéis de pais e filhos ou professores e alunos, é sem dúvida um aspecto importante na dissolução das etapas da vida organizada pela modernidade"⁶.

⁶ **SIBILIA, Redes ou paredes, p. 111.**

Não se trata de defender a retomada do ideário da autoridade absoluta do professor, pois tal dispositivo se caracteriza como supressor de toda capacidade de diálogo entre docente e discente, mas sim de se revalorizar a figura do professor em uma dinâmica social, cultural, política e econômica pautada pela desvalorização de todo pensamento crítico e emancipador.



O ESTUDANTE É TRATADO COMO UM CLIENTE DE EMPRESA QUE SEMPRE ESTÁ COM A RAZÃO, PORTANTO, ELE NÃO PODE DE MODO ALGUM SER REPROVADO PELO PROFESSOR

NO BRASIL, mais de 25% da população entre 15 e 64 anos são analfabetos funcionais, segundo levantamento do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf). Em relação aos estudantes de nível superior, o Inaf aponta que 38% não dominam habilidades básicas de leitura e escrita, o que reflete o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade

O clientelismo economicista é, sem dúvida, potencialmente sedutor sobre as individualidades ávidas pelo consumo fácil e todo o prazer efêmero daí resultante. Para a crítica literária argentina Beatriz Sarlo (1942), "quando a administração educacional perde poder e recursos, os grandes ministros da Educação são, na verdade, os gerentes e programadores do mercado, cujos valores não incentivam o surgimento de uma sociedade de cidadãos iguais e sim o de uma rede de consumidores fiéis"⁷.

⁷ SARLO, *Tempo presente*, p. 101-102.

⁸ MARX, *Manuscritos econômico-filosóficos*, p. 154.

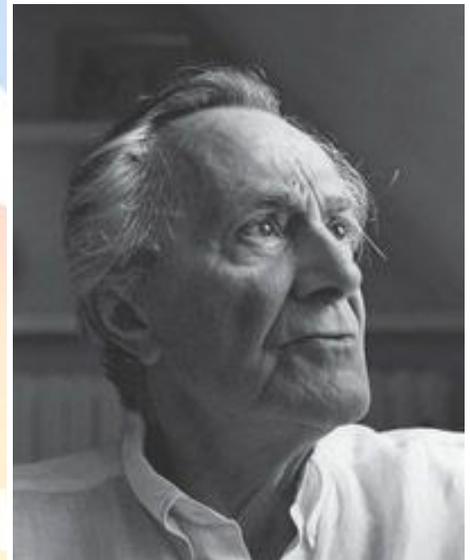
Contra todas as ideologias comerciais do ensino, eis a pertinência do pensamento de Karl Marx (1818-1883), cuja perspicácia desagradava as mentalidades obtusas dos compradores de diplomas e sua inerente corrupção educacional: "Sou feio, mas posso comprar para mim a mais bela mulher. Portanto, não sou feio, pois o efeito da fealdade, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro"⁸. Poderíamos reescrever o texto da seguinte maneira: "Sou um analfabeto funcional, intelectualmente inepto, mas posso comprar para mim o mais belo diploma, marcado com o carimbo da lama. Portanto, minha nulidade existencial é anulada pelo poder do dinheiro, logo sou inteligente e um bom administrador da minha vida e dos meus negócios".

Ao invés de favorecermos o desenvolvimento de uma sociedade democrática regida pela criticidade, transformamos a massa humana em um rebanho de consumidores felizes, pois que plenamente "integrados" aos ditames do sistema capitalista, gerando-se, assim, a redução intelectual do estudante ao estado de infantilismo narcísico, como uma criança que tudo quer instantaneamente. Paula Sibilia aponta que "na oferta educacional contemporânea busca-se oferecer um serviço adequado a cada perfil de público, proporcionando-lhe recursos para que cada um possa triunfar nas árduas disputas de mercado. Isso não é para todos, como a lei, mas tem uma distribuição desigual como o dinheiro: todos os consumidores querem ser distintos e únicos, singulares, capazes de competir com os demais para se destacar com suas vantagens diferenciadas, num mundo globalizado no qual impera um capitalismo cada vez mais jovial, embora também feroz"⁹.

⁹ SIBILIA, *Redes ou paredes*, p. 132.

Como o estudante da era pós-moderna não é exigido academicamente por sua instituição, ele acaba por perder qualquer parâmetro avaliativo em sua intelectualidade, enfraquecendo a sua capacidade de pensar, tornando-se um indivíduo alienado em um espaço cultural que deveria justamente promover o progresso da sociedade em suas expressões intelectuais, econômicas e materiais. Eis a derrocada do projeto iluminista e da sua proposta de emancipação do homem perante toda forma de dominação externa como a formulada por Kant (1724-1804): "Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dele não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere Aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do Esclarecimento [Aufklärung]"¹⁰.

¹⁰ KANT, "Resposta à pergunta: que é Esclarecimento?" In: *Textos seletos*, p. 63-64.



O filósofo francês Jean-François Lyotard criticou o sistema comercialista do ensino e diz que o saber deve estar, necessariamente, associado à formação do espírito



O ensino atual transforma o homem em uma espécie de rebanho de consumidores felizes, à custa da redução intelectual do estudante, levando-o ao estado de infantilismo narcísico, como uma criança que tudo quer

O ensino universitário privado adepto da lógica comercialista tende, assim, a prejudicar o amadurecimento existencial do estudante, pois este, bestificado pela permissividade dos seus progenitores e preservado pela lógica bonachona do capital, perde todo senso de responsabilidade perante o mundo, tornando-se, então, incapaz de se responsabilizar por seus atos estúpidos. Adorno e Horkheimer, ao descreverem a sociedade administrada capitalista veiculadora da Indústria Cultural, destacam que "quanto mais a realidade social se afastava da consciência cultivada, tanto mais esta se via submetida a um processo de reificação. A Cultura converteu-se totalmente numa mercadoria difundida como uma

informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fustal isolado. Rejeitam-se as relações conceituais porque são um esforço incômodo e inútil"¹¹.

¹¹ ADORNO e HORKHEIMER, *Dialética do Esclarecimento*, p. 184.



COMO O ESTUDANTE NÃO É EXIGIDO ACADEMICAMENTE POR SUA INSTITUIÇÃO, ELE ACABA POR PERDER QUALQUER PARÂMETRO AVALIATIVO EM SUA INTELLECTUALIDADE

LEVANTAMENTO realizado em dezembro de 2012 pelo Ministério da Educação detectou que 27% dos cursos superiores do país tiveram notas 1 e 2, em uma escala que vai até cinco. Das 2.136 instituições avaliadas, nove receberam a nota 1 e 536, nota 2. Somente 27 alcançaram a avaliação máxima em que 15 são públicas e 12 particulares

Percebemos o contínuo empobrecimento da linguagem no processo de formação dos estudantes egressos das instituições acadêmicas regidas pela lógica do capital, de modo que essa massa discente desconhece grande parte do vocabulário da Língua Portuguesa, considerando inclusive uma afronta intelectual quando um professor utiliza um conjunto de palavras alheias ao seu limitado mundo semântico. O ingresso em um curso universitário exige do aluno uma sofisticação de seu vocabulário, mas a sua pobreza expressiva situa-se no âmbito das conversas informais cotidianas. Quem lê pouco, pensa pouco e escreve pouco. Isso não é uma premissa lógica, mas um processo pedagógico natural. Em tempos de niilismo educacional, não é de se estranhar quando um estudante do curso de Letras afirma não gostar de ler; seria o mesmo que um estudante de Filosofia dizer que não gosta de pensar.



Para Kant, esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade sendo ele o próprio culpado dessa menoridade, se a causa dessa condição não se encontrar na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem

A culpa é de quem?

Na sociedade contemporânea percebe-se a tendência da família fragilizada em suas bases morais transferir a responsabilidade formativa dos jovens para a escola e seus educadores, que ficam assim sobrecarregados em suas funções pedagógicas. Os jovens, cada vez mais infantilizados pela sociedade de consumo, consideram o espaço educacional apenas como um local de lazer, um ponto de encontro social; não se realizam existencialmente em seus estudos cotidianos, considerando a vida estudantil um enfado insuportável. A transformação do estudante em um consumidor que deve ser satisfeito como o cliente preferencial solapa a respeitabilidade pelo professor, imputado como o culpado por todo fracasso pedagógico do estudante desprovido de qualquer senso crítico em sua existência medíocre. De onde a juventude alienada reproduz esse comportamento clientelista? Certamente da sua própria vida domiciliar, graças a inépcia educacional de pais autoritariamente frouxos, preocupados acima de tudo com a manutenção de seu *status quo* e suas viagens de fim de ano como autogratificação por sua dedicação exaustiva ao mundo do trabalho.

Percebemos o desinteresse massificado pela leitura no sistema comerciário de ensino, pois, de modo geral, o alunado anseia apenas pelo saber técnico para se tornar um profissional competente, bem situado no mercado de trabalho, e de modo algum um indivíduo crítico, pensante, que reflita sobre sua própria atividade profissional. Conforme indaga o filósofo húngaro István Mészáros (1930), "será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a autoemancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades, ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento dos objetivos reificados do capital?"¹².

¹² **MÉSZÁROS, A educação para além do capital, p. 47-48.**

A espetacularização da sociedade requer professores com habilidades histrionicas, capazes de seduzirem mentalidades embotadas pela série de estímulos sensoriais com aulas consideradas mais agradáveis, isto é, mais dinâmicas conforme a lógica vertiginosa do tempo corrido da contemporaneidade. O filósofo francês Guy Debord (1931-1994) afirma que "a consciência espectadora, prisioneira de um universo achatado, limitado pela tela do espetáculo para trás da qual sua própria vida foi deportada, só conhece os interlocutores fictícios que a entretêm unicamente com sua mercadoria e com a política de sua mercadoria"¹³.

¹³ **DEBORD, A sociedade do espetáculo, p.140.**

O professor agora se encontra na necessidade de competir pela atenção do aluno focado em seu celular e outros aparelhos eletrônicos. O imaginário social infelizmente reforça tal disposição, exigindo do professor a capacidade de se metamorfosear em um animador de auditório, com a única diferença que, ao invés de haver a distribuição de prêmios, se anseia pela distribuição indiscriminada de pontos para satisfação dos alunos. Para Gilles Lipovetsky, como o espaço público se esvazia emocionalmente por excesso de informações, de solicitações e de estímulos, o eu perde suas referências e sua unidade por excesso de atenção; o eu se tornou um conjunto "imbecil"¹⁴.

¹⁴ **LIPOVETSKY, A Era do Vazio, p. 37.**

¹⁵ **MÉSZÁROS, A educação para além do capital, p. 47.**

Uma possível solução para a ruptura radical com esse modelo educacional nitidamente exploratório da competência profissional do professor seria a criação de cooperativas educacionais, nas quais todos os docentes possuiriam estatuto profissional isonômico na divisão dos lucros advindos pela transmissão do saber aos discentes. O grande empecilho para a emancipação plena do professor da rede privada na sociedade capitalista é, justamente, o fato de não possuir os meios de produção, isto é, a estrutura física da instituição pedagógica; todavia, por meio da conscientização política da classe docente, da participação em uma rede colaborativa, esse problema poderia ser razoavelmente sanado.



O que se exige hoje dos professores é que eles tenham e exibam, em sala de aula, habilidades histrionicas, capazes de atrair as mentalidades dos alunos despreparados, por meio de estímulos sensoriais e aulas mais "agradáveis". O professor, hoje, precisa competir pela atenção de seus ouvintes com o telefone celular e outros aparelhos eletrônicos, o que o obriga a ser um "animador de auditório"

O objetivo central da luta contra a sociedade mercantilista e sua subsequente alienação cultural em nome da massificação totalitária da vida humana é a emancipação plena da Educação desses ditames vulgarmente comercialistas: "Romper com a lógica do capital na área da Educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente". 15

Por conseguinte, a Educação, que poderia ser um instrumento essencial para a mudança da estrutura excludente do regime capitalista, torna-se, justamente, instrumento dos seus mais violentos processos de estigmatização, ao fornecer os "conhecimentos" e o pessoal necessário para a manutenção da maquinaria produtiva em expansão desse sistema, gerando, ainda, um sistema ideológico que legitima os interesses dominantes das grandes corporações empresariais.

Na dimensão opressora do comercialismo capitalista, a Educação se torna uma mercadoria de grande rentabilidade, um filão efervescente cuja exploração comercial encontra-se certamente no seu apogeu. Decorre daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas pecuniárias dos especuladores financeiros e dos empresários educacionais que de modo algum podem aceitar melhorias qualitativas na dimensão do ensino público: a degradação deste é diretamente proporcional ao luxo das instituições educacionais privadas; tanto pior, enquanto os empresários do ensino continuarem ditando as suas regras autoritárias nos bastidores da Política, essa situação de miséria pedagógica certamente permanecerá incólume. Não podemos deixar que a flama do saber se converta na lama da ignorância.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo** - Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

KANT, I. "Resposta à pergunta: que é Esclarecimento?" In: Textos seletos. Trad. de Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes, p. 63-71, Petrópolis: Vozes, 2005.

LASCH, C. **Refúgio num mundo** sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada? Trad. de Ítalo Tronca e Lúcia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio** - Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Trad. de Theresinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2005.

_____. **A sociedade pós-moralista**. O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Trad. de Armando Braio Ara. Barueri: Manole, 2005.

LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna**. Trad. de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

PENA, F. **Fábrica de diplomas**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARLO, B. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Trad. de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RENATO NUNES BITENCOURT é doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ, professor do curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA, da Faculdade Flama e do Departamento de Filosofia do Colégio Pedro II. Também é membro do grupo de pesquisa Spinoza & Nietzsche. **Revista FILOSOFIA, Fevereiro de 2013.**

Lincoln, Obama e Bono VOX (LUIZ FELIPE PONDÉ)

OBAMA não tem nada a ver com Lincoln. Ele quer se vender como o Lincoln negro, mas é festivo demais para sê-lo. Ele é um Carter que tem a sorte de ser negro. Obama é um presidente fraco, demagogo e oportunista. O Chávez dos EUA (apesar de que Chávez tem mais "cojones" do que Obama). Compará-lo a Lincoln é uma piada. Obama está mais para Bono Vox, que ganha muita grana com fotos de crianças da África, dizendo coisas "legais" para gente que tem uma visão de mundo de 12 anos de idade - coisa em voga hoje.

Lincoln foi um presidente que levou os Estados Unidos a uma guerra que matou cerca de 2 milhões de americanos, uma "sangueira patriótica", como dizia o crítico Edmund Wilson. A Guerra de Secessão, o Norte contra o Sul, não foi uma disputa ao redor da abolição da escravidão nos EUA. O que estava em jogo não era a escravidão acima de tudo, era o Sul querer sair da União. Era o Sul querer ser livre para seguir seu modo de vida pré-moderno. Mesmo se os confederados (o Sul) tivessem aberto mão dos escravos, Lincoln os teria devastado, porque o que estava em questão era o controle político e militar do território e a expansão do modo moderno de economia e sociedade.

Incrível como o pensamento público cai nesse papo de Lincoln "liberal". Ser abolicionista na época não era ser liberal; no Brasil, o conservador Joaquim Nabuco foi abolicionista. A "inteligência liberal" deve deixar Lênin, Stálin e Fidel, nada festivos, muito irritados. Lincoln está mais para Bibi Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, do que para Obama. Lincoln invadiria os territórios palestinos e os anexaria.

A guerra foi o modo pelo qual o Norte, industrializado, capitalista, cético, materialista, portanto, moderno, invadiu e destruiu a civilização aristocrática, rural, tradicional, pré-moderna sulista. Os "ianques" (o Norte) conquistaram o Sul, assim como espanhóis, portugueses, ingleses e franceses conquistaram as Américas e a África. Os confederados queriam a independência. Lincoln disse "não, o Sul também é nosso", e levou os EUA à guerra que fez do país definitivamente uma nação moderna.

Lincoln era um cabra macho. Os "ianques" massacraram o Sul, roubaram suas terras, mataram seus homens, violentaram suas mulheres. Soldado sempre foi para guerra para ganhar dinheiro e violentar as mulheres dos vencidos. Foi nessa guerra que inventaram a metralhadora, para matar mais gente de modo mais eficaz. Obama não seria capaz disso porque ele gosta de coquetel beneficente e falar para jovens sobre música afro-americana. Ele jamais tomaria uma decisão como essa, ele é fraco demais (paralisou os EUA no Oriente Médio), preocupado em agradar o marketing liberal americano ("liberal" é "progressista" nos EUA) e passar para a história como o cara mais legal da América.

O máximo que ele faria seria levar os americanos para um show do Bono Vox. Se Obama não fosse o primeiro presidente negro da história, não teria sido reeleito, e depois de 48 horas do término do seu mandato seria esquecido na lata de lixo da história. Sua relação com Lincoln é a ideia de que ele seria um presidente a deixar uma América "liberal", assim como Lincoln. Mas Lincoln não era "liberal", ele não queria que os EUA perdessem território e grana.

Acho importante que as pessoas sejam iguais perante a lei, pouco importa se são héteros ou homos. Minha crítica ao Obama não está em seu possível legado "progressista" (que não é dele, mas dos Kennedy) em termos políticos, mas sim a sua ideia errada de que os EUA devam seguir um modelo europeu centralizador. Os EUA são o que são porque nunca foram centralizadores, e o governo nunca esmagou o cidadão comum fazendo dele um retardado mental econômico e moral como no Estado de bem-estar social europeu.

O problema com Obama é sua têmpera "liberal". Esta têmpera, cozida em campus acadêmico, gosta de festa, greves de estudantes e professores (ninguém está nem aí para esse tipo de greve porque a sociedade no seu dia-a-dia passa muito bem sem alunos e professores universitários) e boa vida.

ponde.folha@uol.com.br. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

"Amor" letal (CONTARDO CALLIGARIS)

ALGUMAS reflexões depois de assistir a "Amor", de Michael Haneke. Adolescente, eu já achava bizarra a certeza com a qual alguns amigos se expressavam: "Se eu ficar 'assim'", diziam, "eu me mato na hora. E, por favor, se eu não me matar, seja generoso comigo, mate-me você".

O "assim" que justificava tamanha convicção dependia de relatos, leituras e filmes -ia desde uma impotência sexual talvez passageira (mas que parecia acabar com o charme da vida) até a condição terrificante do protagonista de "Johnny Vai à Guerra", livro e filme de Dalton Trumbo: o soldado Joe, sem braços, sem pernas, sem rosto, parece ser apenas uma carne disforme, enquanto a mente dele continua funcionando. Eu não concordava com a certeza suicida de meus amigos; imaginava que, antes de decidir me matar, seria bom experimentar minha nova condição durante um tempo. Afinal, em geral, as imperfeições nunca impediram os humanos de viver -ao contrário.

Na época de minha adolescência, não dispúnhamos do exemplo do físico Stephen Hawking ou de Christy Brown, o protagonista de "Meu Pé Esquerdo", de Jim Sheridan. Em compensação, um amigo de meus pais, severamente inválido, disse-me, uma vez: "Você, por exemplo, não pode voar como as aves e é desafinado como um sino quebrado; ou seja, tem coisas que não pode fazer, e você vai procurar o valor de sua vida em outras coisas, que você pode fazer. Comigo não é diferente". Entendi. Mas me sobrou um certo medo (justamente, pela leitura precoce de "Johnny Vai à Guerra"): poderia acontecer que, de imediato, por causa de um acidente cerebral ou, sei lá, de um incidente de carro, eu me encontrasse numa condição na qual eu não quisesse viver de jeito nenhum e na qual eu não tivesse sequer a capacidade material e mental de pôr fim à minha vida ou de pedir para um próximo que ele me ajudasse a morrer.

Anos atrás, conheci alguém realmente preocupado (muito mais do que eu) com essa eventualidade. Ele envelheceu desesperado, oscilando entre o medo de se matar cedo demais, quando ainda poderia viver um tempo que valesse a pena, e o perigo de esperar além da conta e decidir sair de cena quando ele não tivesse mais condição de se matar ou de pedir a alguém que o matasse. O mesmo alguém se consolava pensando assim: no caso extremo em que eu não pudesse mais pedir, quem me ama (ou melhor, quem amava aquela pessoa que eu era antes) saberá decidir que eu, embora impedido de me manifestar por minha invalidez, não estou querendo mais viver. Nessa situação, para quem me ama (ou amava, que seja), me ajudar a morrer seria um gesto de amor.

Pois é. Não é tão fácil assim nem tão claro. Na sua coluna de sexta passada, Barbara Gancia escreveu, com razão, que "o fardo de cuidar dos idosos tornou-se um dos maiores dramas da atualidade". Os avanços da medicina fazem que, hoje, sejam cada vez mais numerosos os que cuidam de próximos que sobrevivem transformados pela idade, pela invalidez ou pela demência. E sobrevivem, muitas vezes, tanto irreconhecíveis quanto incapazes de reconhecer os que cuidam deles. Perguntas básicas.

- 1) Será que o outro que nós amávamos, se ele pudesse escolher, toparia viver como ele está agora?

2) Será que o ser do qual cuidamos hoje é o mesmo que nós amávamos antes do acidente, da invalidez ou da demência? Se ele não for o mesmo, será que esse "novo" ser não tem seus próprios critérios do que é uma vida que valha a pena de ser vivida -critérios diferentes dos do nosso amado de antes?

3) Difícil continuar amando alguém que não nos reconhece mais. Mas será que por isso o deixaríamos morrer -por ele não ser mais aquele ou aquela que amávamos?

4) Por que sempre chega um dia em que ninguém aguenta mais cuidar? É porque o custo (em todos os sentidos) é excessivo e queremos recuperar nossas vidas? Ou é porque é quase impossível fazer o luto de um amado que já se foi, mas continua de corpo presente?

Acontece que alguém se suicide depois de ter matado um amado inválido e demente, de quem não consegue mais cuidar. É mais que uma maneira de evitar a culpa: renunciando a viver sem você, confirmo que foi por amor que matei você - ou melhor, que matei o desconhecido que tinha tomado seu lugar. Pois é, foi mesmo por amor que matei você? Ou por vingança, por você ter me deixado sozinho? Seja como for, fica confirmado, embora num sentido inabitual, que o amor resiste dificilmente ao tempo.

ccalligari@uol.com.br. Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.

Omissão de socorro é crime (ANDREA MATARAZZO)

"TIO, tira a gente da pedra?" O apelo de três garotos de nove, dez e 12 anos de idade me sensibilizou para a tragédia da dependência química no centro de São Paulo, há quase uma década. Eu era subprefeito da Sé e encaminhei os meninos aos centros de assistência social. Desapareceram em poucos dias. Localizamos um deles, que comentou a monotonia das atividades nos abrigos.

Palestras e horários rígidos são ineficazes para seduzir quem vive em liberdade. Foi o que nos desafiou a criar um programa piloto capaz de atrair o interesse das crianças que moram na rua e usam crack. Desde 2005, o Programa Equilíbrio, sob coordenação da professora Sandra Scivoletto, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, mantém um time de médicos, psiquiatras, fonoaudiólogos, assistentes sociais, educadores e animadores culturais, para oferecer atenção individual e atividades atraentes aos jovens em situação de risco social. Até 2012, foram mais de 64 mil atendimentos. A taxa de reintegração familiar tem sido de 44%.

Cruzar os braços diante do aumento do consumo de crack, problema grave de saúde pública, é atitude criminosa. A droga não distingue classes sociais ou geografia. Exige do poder público medidas urgentes visando a proteção dos usuários, das famílias e dos grupos de convívio. Especialmente da população carente, que não sabe a quem recorrer. E o país tem falhado na oferta de alternativas para as famílias de baixa renda.

O tratamento da dependência química é um processo doloroso, que exige vigilância e suporte médico especializado nas crises de abstinência, estrutura inexistente nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), do governo federal. O Ministério da Saúde sequer elaborou um protocolo. Orienta apenas a chamada Redução de Danos, inócua diante da gravidade da questão.

As vítimas das cracolândias são cidadãos que foram parar nas ruas por problemas anteriores. Dos 16 mil moradores de rua de São Paulo, 75% usam drogas ou têm transtornos mentais. É absurdo esperar que alguém nessas condições tenha iniciativa de buscar ajuda, ou se mantenha longe do vício pela força de vontade. Os que vagam em busca da "pedra" perderam a consciência do próprio sofrimento.

Vivem apenas para consumir a droga, definindo à espera da morte. Famílias que têm condições financeiras e informação internam seus entes queridos em clínicas de desintoxicação, mesmo contra a vontade dos mesmos. Para a maioria dos pais, filhos, irmãos e companheiros dos usuários de drogas que hoje perambulam pelas ruas, inexistem alternativas. Sensível a esse drama, o governador e médico Geraldo Alckmin articulou um programa de internação involuntária dos dependentes de crack se o risco de morte em decorrência do vício for reconhecido por equipes de saúde e da Justiça. Não se trata, como insinuam os oportunistas, de "limpar as ruas". E, sim, de salvar gente que vai morrer se não receber ajuda.

Medida a ser adotada apenas quando todos os recursos forem esgotados, depende da autorização de um juiz depois que uma junta médica atestar a perda do domínio sobre a saúde e condição física do usuário. E exige aval do Ministério Público e de advogados voluntários da OAB. É covarde, cruel e desumano esperar que o próprio dependente da droga tome a iniciativa para se proteger. Se você visse seu filho fumando crack, maltrapilho, cambaleante, o abandonaria na rua? Criticar a internação involuntária é politizar a tragédia dos que não podem se defender. Cruzar os braços é omissão de socorro.

ANDREA MATARAZZO, 56, é vereador em São Paulo pelo PSDB. Foi secretário de Estado da Cultura (2010 a 2012) e secretário municipal das Subprefeituras (2006 a 2009). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Ciência sem bandeira (SERGIO COLLE)

QUANDO este autor visitou a Universidade de Aachen, na Alemanha, em 1981, percebeu que, a exemplo de outros bons laboratórios do mundo ocidental de então, os de lá hospedavam número impressionante de estudantes de doutorado asiáticos. Era o início das reformas da educação na Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e outros países da região.

Em 2003, o Brasil detinha cerca de 1,4% das patentes internacionais. Presentemente, não detém mais que 1%. Entretanto, o volume de publicações indexadas cresceu vigorosamente em uma década, demonstrando que, de um lado, a comunidade científica foi capaz de responder aos incentivos públicos e, de outro, que nossos pesquisadores contribuíram essencialmente para revigorar a cadeia de inovação, entretanto, em benefício dos países centrais da ciência e tecnologia.

A carência de professores com doutorado no Brasil (título mínimo exigido para início de carreira docente, mesmo nos países emergentes) é aguda e crescente. A propósito, os editais de concursos públicos para provimento de vagas de professores das novas e improvisadas instituições federais de ensino superior (iniciativa açodada e sem planejamento do governo federal) tiveram que rebaixar o nível de exigência dos candidatos, aceitando mestres e até mesmo graduados.

Voltamos, pois, aos idos da década de 70, quando as universidades públicas absorveram o que hoje se exhibe de mais desqualificado no extrato acadêmico: professores sem sequer o mestrado. O governo federal optou, porém, pela exibição de grandes números, até mesmo nas ações dos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT). A propósito, o programa Ciência sem Fronteiras é um exemplo de iniciativa que, para a comunidade científica, tem muito de publicidade e propaganda e pouco de objetividade e coerência.

Das 21.418 bolsas já implementadas, conforme o site oficial do programa, tão somente 654 foram destinadas ao doutorado pleno, 3.141 ao doutorado-sanduíche e 1.940 ao pós-doutorado (que não é e não deve ser um expediente de formação acadêmica). Por conseguinte, apenas 26% das bolsas contribuem para a formação de pesquisadores academicamente credenciados. Por outro lado, apenas cerca de 8% das bolsas do CNPq e Capes resultam em teses de doutorado. Estamos formando um país de mestres subsidiados, a despeito de esse título não mais ser reconhecido como atributo acadêmico, até mesmo em países emergentes. É o desperdício oficializado do dinheiro público.

O custoso Ciência sem Fronteiras, de R\$ 3,2 bilhões, fomentado com recursos desviados de fundo destinado à pesquisa do MCT, agrega a nociva consequência de subtrair dos laboratórios ainda subsistentes no país seus melhores bolsistas de graduação, à revelia de seus pesquisadores. No âmbito desse autoritário programa, ao mesmo tempo em que as universidades estrangeiras (a maior parte delas de qualidade discutível) beneficiam-se de alunos de graduação subsidiados, os mesmos retornam, já desarticulados dos laboratórios e mais suscetíveis a dispersão, uma vez que é crescente o número de empresas que os contratam, mesmo antes de completarem o curso de graduação.

Os países que efetivamente reformaram a educação e que despontam como competidores do mundo global de ciência e tecnologia foram aqueles que, racionalmente, utilizaram seus limitados recursos para formar prioritariamente seus cientistas. No momento em que as universidades brasileiras, à exceção de três instituições paulistas, estão excluídas do grupo das 400 melhores do planeta, o governo federal deveria destinar os recursos públicos, prioritariamente, para empreender um programa planejado de formação de doutores qualificados, o que seria um bom começo para reduzir o atraso.

SERGIO COLLE, 66, é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador 1A do CNPq e comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Relembrar para um amanhã melhor (RAFAEL ELDAD)

O DIA Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, estabelecido em 27 de janeiro, é uma homenagem às suas vítimas e à lembrança do genocídio que resultou na aniquilação de mais de 6 milhões de judeus pelo regime nazista. A data, criada por resolução da Assembleia-Geral da ONU, foi escolhida por marcar o aniversário de libertação do campo de extermínio Auschwitz-Birkenau, o maior do terror nazista, onde mais de 1,5 milhão de seres humanos foram dizimados.

Nosso papel, junto com a comunidade internacional, é garantir que atrocidades como essa não se repitam. O Holocausto deve sempre nos lembrar o que um regime extremo, baseado no ódio ao próximo, pode fazer e causar. No fim da barbárie nazista, havia 11 milhões de judeus no mundo. Antes disso, eram quase 18 milhões. Mesmo com um ritmo muito lento de crescimento natural da população, deveria haver hoje cerca de 30 milhões de judeus no mundo. No entanto, há apenas 13,5 milhões. Isso mostra que o povo judeu ainda não pôde se recuperar da tragédia.

Nessa data, honramos a memória dos mais de 6 milhões de pessoas inocentes: homens, mulheres, idosos e mais de 1 milhão de crianças, cuja única culpa era a de terem nascido judeus. Mas também rejeitamos a negação do Holocausto e condenamos a discriminação e a violência embasadas na religião, etnia ou qualquer ato de violência por puro preconceito. O compromisso de conservar a memória dessas atrocidades não é uma tarefa somente do povo judeu, mas também é tarefa indispensável a todo ser humano.

Ainda hoje, infelizmente, enfrentamos mais manifestações sutis de ódio aos judeus, não menos perigosas, como o antissemitismo disfarçado de antissionismo e a mais nova forma: um movimento para negar o direito do povo judeu de ter o

próprio Estado soberano. Mas no Estado de Israel, mesmo após o Holocausto, conseguimos o que quase nenhum povo conseguiu em tão pouco tempo: resgatar nossa identidade e história, criar um Estado democrático, levantar uma nação.

Conseguimos tudo isso, mesmo não tendo nem um dia de paz verdadeira em nossa região. Tivemos que investir na manutenção de nossa segurança e na defesa de nossa existência e soberania contra inimigos hostis. Israel será sempre grato a vários brasileiros, por terem salvo judeus durante o regime nazista. No Museu do Holocausto, em Jerusalém, duas árvores simbolizam dois "justos" brasileiros, reconhecidos por Israel como não judeus que ajudaram a salvar os perseguidos durante o Holocausto: o embaixador na França entre 1922 e 1943, Luis Martins de Souza Dantas, e Aracy de Carvalho, funcionária do consulado brasileiro de Hamburgo, na Alemanha, no fim da década de 1930.

Sentimo-nos honrados em poder relembrar nossos irmãos na cerimônia desta semana, em Brasília, capital de um país de diversidade cultural, étnica e religiosa, assim como Israel. Como disse o poeta brasileiro Mário Quintana: "O passado não reconhece o seu lugar; está sempre presente". Devemos relembrar o passado, devemos relembrar o Holocausto, pois somente assim o mundo evitará cometer os mesmos erros no futuro. Uma importante lição é nunca esquecer, sempre lembrar. Espero que o mundo aprenda a lição e lute, tanto em palavras quanto em ações, contra o novo antissemitismo. O dia 27 de janeiro deve ser lembrado como uma data de união de todos os povos ao redor do mundo em busca de um amanhã melhor.

RAFAEL ELDAD é embaixador de Israel no Brasil desde setembro de 2011. Exerceu o cargo no Peru, na Argentina e no Paraguai. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Os lucros das farmacêuticas (ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE)

EM 2003, a prestigiosa organização filantrópica Médicos Sem Fronteira (MSF) denunciou à comissão que gerenciava o Tratado de Livre Comércio da América Central (Cafta) uma distorção no preço de remédios. A ONG dizia pagar entre 75% e 99% a menos que o governo da Guatemala pelas mesmas drogas medicinais. Isso significava que a margem (diferença entre preço de venda e custos de produção no setor) estaria entre 300% e 10 mil%.

Os acusadores davam um exemplo concreto: o preço do ARV 4T (40 miligramas) do Bristol-Myers Squibb para um ano de tratamento na Guatemala era de US\$ 5.271 por pessoa, enquanto a MSF pagava US\$ 53 pelo correspondente genérico. (É bom deixar claro que esse preço reduzido nunca aconteceria com os pseudogenéricos brasileiros). Embora a maior das consequências perniciosas dessa obscena margem seja o conjunto de perdas econômicas para governos e sociedade, há outros prejuízos mais sutis, mas não menos deletérios. É apenas natural que esse desmesurado ganho proporcione e exija formas de persuasão, para não dizer corrupção, para manter-se vivo e até mesmo para estender seu campo de atuação.

É preciso, inicialmente, reconhecer a peculiaridade do setor: quem usa o remédio não é quem escolhe e, muitas vezes, não é quem paga. Essa condição dilui responsabilidades e compromissos. O exemplo a seguir vai tornar clara a condição. A Secretaria estadual da Saúde de São Paulo durante o governo Fleury (1991-1994) emitiu por três meses uma série de pedidos de aquisição de até 20 medicamentos. As drogas eram condicionadas a direitos proprietários. Ou seja, eram medicamentos patenteados. Acontece, porém, que, àquela época, menos de 5% dos medicamentos em uso no Brasil eram produtos patenteados. Os demais tinham o registro de propriedade vencido e eram, portanto, mais baratos. Se o Estado tivesse se restringido à compra de apenas um medicamento patenteados, tudo bem. Mas foram 27 e constituíram a totalidade de compras naquele ano. Para evitar problemas com as exigências legais de licitação, uma associação de produtores multinacionais de medicamentos atestava que tais produtos não tinham similar nacional e eram, cada um deles, produzidos exclusivamente por certa empresa farmacêutica. Em seguida, essas empresas vendedoras de medicamentos declaravam que sua representante diante do governo do Estado de São Paulo era uma certa intermediária, sempre a mesma para todas as produtoras. Essa empresa intermediária era propriedade de um indivíduo que, aliás, foi condenado logo depois, no caso dos sanguessugas.

Nenhuma dessas ações, em si, constituiria uma ilegalidade, pois os preços dos medicamentos comprados pela secretaria eram idênticos aos vigentes, aprovados pelo governo federal. A questão era a escolha dos patenteados, em detrimento de versões similares mais baratas. O conjunto de compras somou cerca de US\$ 300 milhões. Os documentos foram todos assinados por bagrinhos. Se prevalecesse, então, a doutrina atual dita domínio do fato do Supremo Tribunal Federal, haveria tubarões na rede. O esquema só foi e ainda é possível graças à absurda margem de lucro que caracteriza o setor, pois o intermediário poderia ficar com, digamos, 50% ou mais e ainda restaria aos produtores de medicamentos um assombroso lucro. De acordo com relatórios das próprias empresas que desenvolvem novas drogas e de suas associações, elas despendem até 15% de seu faturamento com pesquisas. Não há, portanto, como justificar essa margem exorbitante praticada pela indústria de medicamentos, principalmente porque se torna uma forma imoral de exploração da doença e do sofrimento humano.

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, 81, físico, é professor emérito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do Conselho Editorial da **Folha**. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

O Brasil aproveitará o potencial da Copa? SIM

Já é legado (RONALDO)

EU PASSEI a minha carreira ouvindo que nós tínhamos o melhor futebol do mundo dentro de campo, mas que estávamos atrasados e ficávamos muito a dever fora dele. Pois é, isso já mudou. Nunca imaginei que, ao mesmo tempo em que nossa economia mostra força e o país cresce, a Europa e os Estados Unidos sofreriam com problemas econômicos. Nunca pensei que teríamos -de uma só vez- uma discussão nacional para reformar aeroportos, melhorar a infraestrutura hoteleira, acelerar obras de mobilidade urbana e construir ou renovar 12 estádios com padrão de qualidade internacional.

Mas é isso que está acontecendo. Por causa da Copa do Mundo da Fifa. Isso já é legado e está por toda a parte. Mais trabalho para a população (só nos estádios, são quase 30 mil novos empregos), capacitação profissional, aceleração de obras públicas que talvez só acontecessem daqui a alguns anos, melhorias dos centros de treinamento (CT), entre tantos outros progressos. Vejo isso nas visitas e na mídia. Mas, infelizmente, vejo também uma parte que prefere diminuir esse legado. Dizem que os estádios recebem dinheiro público. Verdade. Até porque a maioria deles pertence aos Estados. Mas isso é parte de um investimento que já traz frutos. Sem estádios não há Copa. E sem Copa, como seria?

Li um estudo da Ernst&Young Terco mostrando que a movimentação econômica da Copa é cerca de cinco vezes maior do que todo o investimento público feito para o evento. Os números estão aí para quem ainda não viu. Que me desculpem os que acham o contrário, mas não há crítica que me convença de que sediar a Copa não é um bom negócio. Basta ver a disputa que ela provoca entre os maiores países do mundo, incluindo aqueles que a sediaram recentemente. E o brasileiro sabe disso. Segundo uma pesquisa da Sponsorship Intelligence, 70% dos brasileiros têm orgulho de sediar a Copa e acreditam que ela terá um impacto positivo. Tenho certeza de que esses números serão ainda maiores depois do evento.

Não é uma questão de perguntar se conseguiremos ou não organizar o torneio, ou se dará certo ou não. A Copa do Mundo já está acontecendo. Os estádios são uma realidade. Seis deles estarão prontos e testados um ano antes da Copa começar. A Copa já é uma realidade não apenas para os brasileiros. O entusiasmo dos estrangeiros com o torneio é enorme. Prova disso são os números de venda de ingressos e camarotes e das inscrições do programa de voluntários. Em apenas um mês, mais de 130 mil pessoas de 146 países se cadastraram no processo seletivo que vai definir a equipe de voluntários para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo.

Desde que comecei a viajar pelas 12 sedes pelo Comitê Organizador Local (COL), acompanhando a Fifa e o governo federal, quando nos encontramos com prefeitos e governadores, vejo o empenho de cada um em deixar um legado. Gostaria que todos pudessem ver o que eu vi. Os trabalhadores da obra em Itaquera se alfabetizando, a alegria dos operários em Fortaleza ao receber simbolicamente um ingresso para a primeira partida da Copa no estádio que ajudaram a construir, o trabalhador que participou da construção da Fonte Nova original e agora a está reconstruindo em versão moderna e sustentável, comparável às melhores arenas europeias.

Mas o maior legado da Copa do Mundo nem sequer pode ser medido. A Copa pode botar o Brasil de vez no mapa dos grandes destinos. Vai mexer com a autoestima dos brasileiros, vai trazer uma mudança de mentalidade, não para que as pessoas acreditem que é possível fazer o que parecia exclusividade de outros países. Mas para que percebam que nós já fazemos isso e não nos damos conta. Vamos deixar a ficha cair. Podemos, sim, organizar a Copa. Sim, ela é boa para o Brasil e para os brasileiros.

E a Copa das Confederações em junho é a primeira oportunidade de dar uma ótima impressão do Brasil para que a Copa do Mundo seja um convite irrecusável. Para deixar todos com a sensação de que, se o teste já foi bom, imagina na Copa.

RONALDO NAZÁRIO, 36, ex-jogador, é membro do Comitê Organizador Local (COL). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Fevereiro de 2013.

O Brasil aproveitará o potencial da Copa? NÃO

Copa para inglês ver (ROMÁRIO)

O SUCESSO de uma Copa do Mundo de futebol vai muito além do que se vê. Arenas lotadas e jogos televisionados para o mundo todo representam apenas 10% desse grande espetáculo, que une povos e faz o planeta vibrar em torno de uma paixão. Para um país, sediar uma Copa é uma oportunidade rara -a última no Brasil ocorreu há mais de 60 anos- de estimular a economia, alavancar o turismo, melhorar a formação das pessoas, expandir e aperfeiçoar a infraestrutura, elevando-a a um novo patamar de acessibilidade.

Analisando esse conjunto de ações, é fácil chegar a uma conclusão: não, o Brasil não aproveitará todo o potencial da Copa. Seria ingênuo imaginar que uma Copa resolveria todos os problemas de uma nação, mas também não é confortável constatar que o evento poderá aprofundar alguns deles. Assistimos na televisão a um comercial de cerveja que transforma esse sentimento de frustração do brasileiro em pessimismo. Mas não é pessimismo gratuito, é puro realismo de quem vive o dia a dia das grandes cidades. Sim, imaginem, durante a Copa, todos os nossos problemas estruturais agravados pelo fluxo

de milhões de pessoas! O pessimismo do brasileiro é calcado em fatos: a incapacidade dos gestores de planejar atrasou inúmeras obras e, por tabela, encareceu em alguns bilhões o custo do Mundial -R\$ 3,5 bilhões, para ser mais preciso-, segundo o último levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU). Para se ter uma ideia do que se poderia fazer com esses bilhões excedentes, vamos fazer uma projeção.

Em 2010, o então presidente Lula anunciou a construção de 141 novas escolas federais de educação profissional ao custo total de R\$ 1,1 bilhão. Os R\$ 3,5 bilhões acrescidos ao valor total da Copa dariam, portanto, para construir quase 500 novas escolas técnicas no Brasil. O excesso de gastos, no entanto, não é o pior dos cenários. O tão falado legado social para a população parece ter ficado só no papel. Quase todas as obras de transporte estão atrasadas, a inauguração de algumas, inclusive, já foi remarçada para somente depois do Mundial e outras foram canceladas.

Salvador foi a primeira cidade-sede a cancelar uma obra de mobilidade. A construção de um corredor de ônibus Bus Rapid Transport (BRT) foi riscada da lista de obras para 2014. Em seguida, Brasília cancelou a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Há ainda os problemas de pouca visibilidade, mas grande impacto social, como as remoções involuntárias. O tema foi destaque no jornal "The New York Times", em março passado. O diário informou que 170 mil pessoas devem ser despejadas até a Copa do Mundo e a Olimpíada, para dar lugar a intervenções urbanas para os eventos. O problema é que as indenizações estão bem abaixo do valor de mercado e, quando são oferecidas moradias, as casas ficam a até 60 km de distância do local de origem.

Vale lembrar, ainda, a naturalidade com que os projetos das arenas desrespeitam a lei que exige 4% dos assentos para deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida. Nos casos em que os projetos preveem reserva de vagas, elas se limitam à margem de 1%, mínimo exigido pela Fifa. Como se as decisões da Fifa fossem mais importantes que a legislação do país. Depois de ter rodado o mundo inteiro e participado, in loco, de tantos mundiais, posso afirmar, com convicção, que um país só é bom para os turistas se, antes, for bom para o seu próprio povo.

Hoje, não consigo presumir nenhum problema que inviabilize o evento, mas tenho certeza de que os brasileiros ficarão decepcionados ao ver perdida mais uma ótima oportunidade de tornar este país um lugar melhor para se viver.

ROMÁRIO FARIA, 47, ex-jogador da seleção, tetra campeão mundial, é deputado federal (PSB-RJ) e membro da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

O lado técnico da tragédia (ANTONIO MARIA CLARET)

OS INCÊNDIOS sempre estiveram entre as catástrofes mais desafiantes de todos os tempos. Contam com nossa inércia e descaso para ceifar vidas sem piedade. Dessa vez, as vítimas foram os jovens de Santa Maria (RS). Mas, antes, muitos outros sucumbiram às suas armadilhas.

A sociedade se revolta. Quer nomear culpados e trazê-los a julgamento público. Embora mereça respeito a dor dos que perderam filhos e amigos, nenhuma intenção, verdadeira ou bravata, será capaz de aplacar a fúria das chamas. Contra a surpresa do fogo, é preciso usar de vigilância. Não uma vigilância que impeça o sono, mas aquela que se infiltra nas regras de convívio e se materializa em rotinas de aprovação de projetos e de concessão de alvarás e licenças.

Não devem ser meros atos burocráticos, diluídos na responsabilidade de bombeiros raros e prefeituras muitas, porque eles criam o que agora se quebrou: a ilusão de segurança. A vigilância não prescinde da educação, especialmente da cívica, que responsabiliza cada um pela segurança de todos. Mas, a segurança oficial das normas não basta: é também ilusão de segurança, porque as normas técnicas existentes, muitas vezes, carecem de bases justamente técnicas. O esforço de normalização da segurança contra incêndio empenhado pelos corpos de bombeiros merece reconhecimento público, mas existe uma engenharia de incêndio, ou uma ciência dos incêndios, que não lhes está ao alcance e que é pujante em outros países. No Brasil, tem inexpressivo lugar nas academias. Apenas o foco da proteção passiva de estruturas merece estudos, ainda não avançados, em várias universidades e em um laboratório da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Dessa ciência, emanam novas tecnologias e métodos de projeto, que tornam as edificações materialmente mais seguras. Muitos vão dizer o que faltou à boate Kiss. Pode ser que tudo o que digam tenha mesmo faltado, mas o principal antecede esse fatídico evento: são estudos brasileiros de comportamento humano em pânico; pesquisas brasileiras de reação ao fogo de materiais; estudos brasileiros da densidade de ocupação das edificações e de sua carga de incêndio; pesquisas brasileiras de planos efetivos de escape em condições de pânico. Bombeiros têm lutado por isso e para efetivar a normalização técnica. Mas o atendimento de nenhuma norma prescritiva brasileira, sejam elas oficiais ou convencionais, como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pode dar à edificação a segurança que projetos responsáveis de engenharia de incêndio proporcionam.

Nesse momento de consternação, pensemos em nossas centenas de escolas, boates, cinemas, shoppings, estádios e edifícios: todos vivem a doce ilusão de segurança. É necessário fazer algo mais que nomear culpados pós-tragédia; é necessário viabilizar novos centros de pesquisa em engenharia de incêndio. O país, como os seus vizinhos, não tem um só cone calorímetro, equipamento que está para o engenheiro de incêndio como o microscópio está para o biólogo. É preciso repensar as bases legais do trabalho de prevenção dos bombeiros, ao mesmo tempo em que é urgente flexibilizar os projetos de edificações, dando vez à engenharia de incêndio.

Infelizmente, em todo o mundo, as revoluções da engenharia de incêndio se iniciaram após grandes tragédias. O episódio do edifício Joelma, em 1974, deu início ao movimento por uma normalização ampla da segurança contra incêndio no Brasil; que seja aprofundado com a boate Kiss de Santa Maria.

ANTONIO MARIA CLARET, 57, pós-doutor em engenharia de incêndio pela Universidade de Lund (Suécia), é professor da Universidade Federal de Ouro Preto. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Fevereiro de 2013.**

Fobias: o medo está fora do controle! (JOÃO OLIVEIRA)

Estudos pelo mundo apresentam um resultado que assinala algo em torno de 25% da população ligada, de alguma forma, ao medo fóbico. Esse distúrbio pode atingir até duas vezes mais mulheres

“Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos. Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços, não cantaremos o ódio, porque este não existe, existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro, o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos, o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas, cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas, cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte. Depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão ores amarelas e medrosas.”

(Carlos Drummond de Andrade)

O MEDO é inerente ao ser humano. Sentimos medo quando algo ameaça a nossa sensação de estabilidade, o nosso equilíbrio. As reações ao medo podem ser as mais adversas: enfrentamento, fuga ou entrega. Você já deve ter ouvido: “enfrentei o problema com a cara e a coragem”, “nem pensei, fiquei com medo e saí correndo” ou “paralisei de medo”. Ter medo é uma questão natural e válida o nosso instinto de sobrevivência. A fobia é um medo exacerbado e desproporcional, que prejudica os relacionamentos sociais.

O termo fobia significa um medo desproporcional relacionado a objetos, situações ou comportamentos de tal monta que é considerado um distúrbio psicológico. Uma hipersensibilidade que desencadeia grande ansiedade, tornando a situação um agente estressor capaz de gerar sensações de medo e pavor em níveis tão altos que podem modificar de forma prejudicial o comportamento social de uma pessoa. Desse modo, a fobia pode causar perdas e limitar o sujeito fóbico em suas ações, podendo mesmo imobilizá-lo ou promover o surgimento de sintomas ainda mais graves com doenças psicossomáticas.

Existem estudos pelo mundo que apresentam um resultado que assinala algo em torno de 25% da população ligada, de alguma forma, ao medo fóbico. Esse extrato teve, tem ou terá, em algum momento da vida, um episódio de fobia. Os estudos também indicam, com um pouco de incerteza, que esse distúrbio atinge duas vezes mais mulheres que homens. O per I de fobia mais comum é o horror de se sentir objeto de observação e avaliação pelo outros, a fobia social!



Sintomas presentes na fobia

O aumento de produção de adrenalina e a requisição de recursos para a fuga ou ataque começam por alterar o ritmo cardíaco e a taxa respiratória. Os tremores musculares podem surgir e pode ocorrer uma hiperatividade com desorganização motora, baixo limiar para respostas motoras (“sobressaltos”), evitação ou afastamento. O modo de pensar, aspecto cognitivo, fica prejudicado, pois o organismo está de prontidão em relação ao agente estressor e, em reação reflexa, produz alterações bioquímicas de defesa aos estímulos percebidos, deixando todo o resto do metabolismo em segundo plano até que a ameaça cesse. Vômito, diarreia, choro ou desmaio podem ser consequência da impossibilidade de afastamento ou enfrentamento da situação gatilho do processo. Alguns sintomas são de ordem subjetiva, como a apreensão, preocupação desmedida, previsão de ameaças e sensações de medo mesmo sem o objeto ou situação estressora, o que torna a vida do indivíduo fóbico, dentro

deste processo, um verdadeiro inferno. Sem o tratamento adequado, muitas vezes, ele tem de adaptar sua vida para evitar o confronto e suas consequências fisiológicas e subjetivas.

Mecanismo de defesa

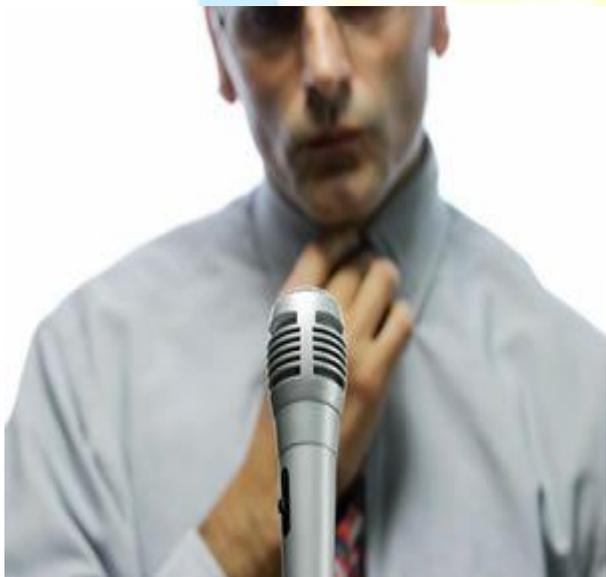
Segundo Jung, todo sintoma é uma tentativa de autocura do corpo. Nesse modo de pensar, o transtorno de ansiedade, base primeira da fobia, deve estar servindo como um elemento de proteção agindo de forma a preservar o corpo de alguma ameaça que, pela perspectiva do inconsciente, pode ser extremamente danosa. Esse mecanismo de defesa difere dos outros transtornos de ansiedade, pois tem uma característica especial: só se manifesta em situações particulares. Estas podem ser divididas em dois grandes grupos, como podemos encontrar na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatísticas dos Transtornos Mentais (1995), o DSM-IV, onde as fobias são assim qualificadas:

1) FOBIA ESPECÍFICA: antes denominada "fobia simples", diz respeito a medos intensos, restritos a situações específicas, que podem ser claramente discerníveis como: a presença de animais, fenômenos da natureza, avião, ir ao dentista ou hospitais etc. Também pode envolver a preocupação acerca do objeto, ou seja, sentir o medo irracional mesmo sem a presença do elemento estressor.

2) FOBIA SOCIAL: a característica essencial é um medo acentuado e persistente de situações sociais ou de desempenho nas quais o indivíduo pode sentir embaraço. Como exemplo: falar, comer, escrever em público ou ir a festas. Um estudo mostrou que 20% das pessoas citavam medo excessivo de falar em público, mas apenas 2% se encontravam dentro do perfil da fobia social. Mesmo assim, falar em público aparece em primeiro lugar entre as fobias sociais.



A fobia simples diz respeito ao medo intenso restrito a situações específicas, como a presença de animais, fenômenos da natureza, avião, ir ao dentista ou hospitais etc. Também envolve a preocupação sem a presença do elemento estressor



Já a fobia social se caracteriza pelo medo acentuado e persistente de situações sociais, como ir a festas. Falar em público aparece em primeiro lugar entre esse tipo de fobia

A fobia é um medo exacerbado e desproporcional, que prejudica os relacionamentos sociais

Medo é uma das emoções primárias do homem e surge no processo evolucionário como um alerta ao perigo. Ele pode evoluir para a raiva e transformar o sujeito numa máquina de agressividade ou para o pavor e fazer com que ele fuja do combate. Então, o medo é uma forma de ansiedade ou estamos usando palavras diferentes para a mesma sensação? Este é um problema semântico e enfrentaremos vários quando se trata de emoções, isso porque possuímos muitas nuances emocionais diferentes e, para di cultar um pouco mais, podemos sentir mais de uma ao mesmo tempo, o que iria necessitar de um cabedal com 10 mil palavras só para nominar as expressões faciais resultantes dessas emoções. Já a fobia é o medo irracional, além da medida apropriada, para se tomar uma decisão. Dura mais tempo que o medo normal e provoca uma

forte produção hormonal, altera o batimento cardíaco, inicia um processo de sudorese, altera o sistema digestivo e respiratório e, quando excessivo, pode até levar ao desmaio, uma forma extrema de fuga à situação. Além disso, o objeto desse medo intenso pode não ser tão significativo assim para a maioria das pessoas. Assim, uma característica da fobia é uma grande desproporção entre a emoção e a situação que a provoca, sem que tenha uma explicação razoável para isso, com ausência de controle voluntário e uma tendência à evitação dessa situação a qualquer custo.

A diferença entre fobia e medo é quantitativa: de tempo e intensidade!

Filogenética

Durante a evolução, algumas “predisposições logenéticas” (SELIGMAN, 1970) selecionaram comportamentos de evitação para a sobrevivência das espécies. Essa proposta explica uma universalidade de alguns medos, que podem passar a fóbicos, por alguma experiência traumática ou não. Em verdade, existe uma forte vulnerabilidade constitucional que predispõe as pessoas a desenvolverem transtornos de ansiedade em relação a esses medos que já vêm implantados em nossa memória genética, tais como: insetos, lugares altos ou fechados, animais predadores, escuridão, água e fogo, situações ou elementos que podem causar dano letal. As fobias relacionadas a esses gatilhos seriam, por assim dizer, mais naturais, pois bastaria apenas uma experiência mais forte para ocasionar o processo de surgimento de uma verdadeira fobia.

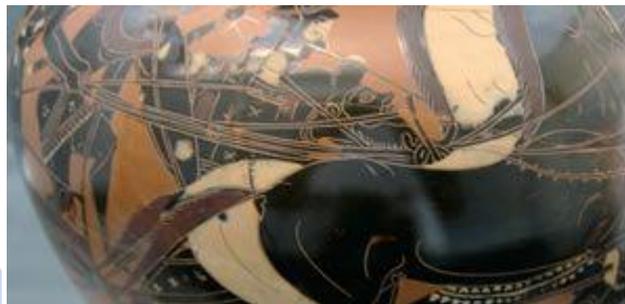
Isso facilita entender por que alguém que nunca teve um contato direto com o mar possa sentir medo diante da visão, pela primeira vez, da imensidão azul. Existe um programa rodando dentro do cérebro, preinstalado, que alerta sobre o perigo do afogamento. Após se sentir seguro – aprender a nadar ou adquirir uma boia –, este processo de evitação pode ser diminuído ou totalmente extirpado. Caso contrário, se, em alguns casos, ocorre um evento que qualifica a água como real perigo, o medo será intensificado a ponto de poder se transformar em uma fobia. Naturalmente, acreditamos, deve valer para todos os objetos e situações previstas como de risco pela nossa aventura evolucionária.

Medo é uma das emoções primárias do homem e surge no processo evolucionário como um alerta ao perigo

No entanto, não existe uma certeza absoluta quanto à exposição ao elemento estressante ser ponto fundamental para a aquisição de uma fobia, como nos diz o estudo de Menzies e Clarke (1993). Eles investigaram a origem da fobia de água em 50 crianças e, ao contrário do que poderíamos supor, em apenas um dos casos os pais relataram a existência de um evento traumático que pudesse ser considerado como gatilho para o desenvolvimento da fobia. Na mesma monta, Poulton et al. (1999) pesquisaram a relação entre nadar e a aquisição de fobia por água em indivíduos de 18 anos de idade que participaram do Dunedin Multidisciplinary Health and Development Study, um estudo de corte que acompanhou 1.139 crianças do nascimento até os 18 anos de idade, com avaliações a cada dois anos. Esse estudo conseguiu identificar 12 entre 1.008 indivíduos (1,3%) com o perfil fóbico. Mais uma vez não foi encontrada uma relação entre os que não tinham fobia e eventos como ter caído ou mergulhado acidentalmente entre os 3 e os 5 anos; ter sido exposto ocasionalmente à água entre as idades de 7 e 9 anos; ter sido socorrido em virtude de dificuldades por imersão na água entre os 7 e os 9 anos.

Mas isso não fecha a questão, pois Westefeld (1996) pesquisou 81 sujeitos, divididos em 46 mulheres e 35 homens, que relatavam grave medo de tempestades. Desses 65, ou seja, 80% contaram que os sintomas fóbicos tiveram início após vivenciarem uma tempestade intensa e 12 deles disseram que o evento ocorreu quando tinham entre 5 e 15 anos de idade. Apenas 4 sujeitos, do grupo fóbico, falaram que não tinham a menor ideia de como surgiu a fobia.

Existe uma linha de raciocínio que coloca o gatilho inicial do surgimento da fobia em um medo cotidiano não declarado. Uma mudança de emprego, cidade, uma nova etapa na vida como faculdade, cobrança de sucesso pela sociedade, coisas deste gênero pelas quais não podemos declarar, explicitamente, o medo por não quisermos demonstrar uma fraqueza pessoal. Isso pode acabar fazendo com essa emoção aprisionada migre e se manifeste na forma estereotipada como uma fobia qualquer. Assim, a fobia seria uma válvula de escape para uma força interna proibida de se expor em seu formato original.



• Etimologia •

A palavra “fobia” deriva do grego Fobos (*phobos*), deus do medo, filho de Ares e Afrodite e irmão gêmeo de Deimos. Nas guerras, os dois sempre acompanhavam o pai, deus da guerra Ares. Fobos incitava um medo terrível nos inimigos, que fugiam ao se deparar com ele, sempre acompanhado de seu irmão Deimos, o terror. Interessante é que os dois nasceram de uma relação de estresse profundo, pois o marido de Afrodite, Hefesto, sabendo que ela mantinha encontros com Ares, preparou uma emboscada. Hefesto era um exímio ferreiro e montou uma armadilha que aprisionou os dois amantes em uma rede invisível. Como castigo exibiu os dois nus aos deuses numa grande humilhação pública. No entanto, Fobos e Deimos ainda têm uma irmã: Harmonia! Podemos então imaginar que, da Mitologia, vem uma lição sobre o surgimento e a possibilidade de harmonização das emoções provenientes do medo patológico.



Existe um programa rodando dentro do cérebro, preinstalado, que alerta sobre o perigo do afogamento. Após se sentir seguro – aprender a nadar ou adquirir uma boia –, o medo de se afogar pode ser diminuído ou totalmente extirpado

Um sistema que evoluiu para a proteção pode não estar devidamente calibrado para os dias atuais. Basta pensarmos nas ansiedades criadas como elemento de diversão: montanha-russa, filmes de terror, esportes radicais, jogos virtuais violentos... será que isso, de alguma forma, pode contribuir para a hiperdessensibilização do sistema a ponto de deixar uma marca no código? Ou seja, futuras gerações podem nascer sem a marcação genética de evitação a certos elementos de risco, que ajudaram a manter a espécie.

Álcool e tratamentos

Muitos se utilizam do consumo do álcool como uma tentativa de automedicação pela crença de que este pode diminuir a condição de estresse, de ansiedade e melhorar o seu desempenho social. Isso acaba por favorecer a continuidade do seu uso entre as pessoas que possuem o perfil fóbico social. Assim, os sujeitos com fobia social podem constituir uma população de risco devido ao fato de depositarem expectativas positivas em relação ao álcool para uma melhor performance entre grupos de amigos ou interação socioafetiva.

Os estudos de Caballo (1997) mostraram um perfil mais elevado entre os fóbicos sociais e o abuso de álcool do que outros distúrbios de ansiedade, e quando os estudos focavam em pessoas internadas por dependência alcoólica o percentual de fóbicos sociais foi entre 8% e 56%. Quando comparado com o grupo de controle, os fóbicos sociais apresentavam maior probabilidade de não serem casados, de possuírem baixa renda, menor escolaridade, de não terem independência, maior instabilidade no emprego e menor rendimento laboral, o que proporciona, em todas as formas, menor apoio social.

Durante a evolução algumas "predisposições filogenéticas" selecionaram comportamentos de evitação para a sobrevivência das espécies



Muitas pessoas com fobia se utilizam do consumo do álcool como uma tentativa de automedicação pela crença de que a bebida pode diminuir a condição de estresse, de ansiedade e melhorar o seu desempenho social

Para Gouveia (2000), os fóbicos sociais apresentam uma frequência de abuso ou dependência alcoólica maior que à prevalência da dependência alcoólica na população em geral, habitualmente avaliada em 8% a 10% no homem e 3% a 5% na mulher. Além disso, para o mesmo autor, a idade média do início da fobia social era entre 15 e 16 anos, o que pode nos alertar para uma atenção especial em relação aos adolescentes, nessa faixa etária, que apresentarem sintomas fóbicos sociais.

Para que possa existir a indicação de tratamento, a fobia deve estar provocando algum impedimento na atividade de vida diária que cause dano ao fóbico. Ele precisa estar motivado para o tratamento, querer realmente a solução, pois ainda que pareça algo ruim à observação externa, o sujeito fóbico pode estar tendo algum ganho secundário com a situação e não querer abrir mão disso.

A dessensibilização sistemática foi desenvolvida por Wolpe em 1948, mas já em 1924 Mary Cover Jones conseguiu sucesso cuidando de um garoto de 3 anos de idade, Peter, que possuía fobia de coelhos, fazendo uma lenta aproximação do animal até que o menino se sentisse confortável em sua presença. Coloca-se a pessoa em um estado de relaxamento muscular e, aos poucos, vai introduzindo, de forma real ou imaginária, o objeto/situação estressora. Aos poucos o sujeito fóbico deve ir se acostumando a conviver, sem alterações rápidas, com a situação problema. Na inundação, muda-se a velocidade da apresentação, que é mais rápida e sem o relaxamento. Essa técnica também é chamada de "implosiva", é como na dessensibilização: o sujeito se vê, de forma imaginária ou ao vivo, diante da situação fóbica. A modelação foi



• Expressão técnica •

Em estatística, coorte é um conjunto de pessoas que têm em comum um evento que se deu no mesmo período; exemplo: coorte de pessoas que nasceram em 1960; coorte de mulheres casadas em 1999; etc. Em epidemiologia, é definida como uma forma de pesquisa, observacional, longitudinal, analítica, que objetiva estabelecer um nexo causal entre os eventos a que o grupo foi exposto e o desfecho da saúde final dessas pessoas. A coorte pode ser prospectiva ou retrospectiva.

idealizada por Bandura (1969), e a técnica propõe ao sujeito um modelo de comportamento, que pode ser baseado em outra pessoa, para que o sujeito fóbico tenha uma referência e possa mudar seu comportamento passo a passo.

Não existe uma certeza absoluta quanto à exposição ao elemento estressante ser ponto fundamental para a aquisição de uma fobia

Técnicas distintas

As técnicas cognitivas diferem das comportamentalistas, pois foca na ressignificação de valores. Apresentam-se ao sujeito fóbico opções de pensar o teatro do medo. Qual o motivo? Para que serve? Como reinterpretar a situação? Dessa forma ele se instrumentaliza com um repertório amplo de soluções.

O treino assertivo foi criado pelos autores Wolpe e Lazarus (1966), primeiro como terapia individual. Depois o treino assertivo ganhou espaço, com sucesso, também em contexto grupal. Baseia-se no pressuposto que, em oposição às crenças racionais, as crenças irracionais estão na origem de comportamentos inadequados, em que a falta de assertividade é um exemplo. Sendo assertivo, o sujeito fóbico ganha autoconfiança e eleva sua autoestima. Simplificando: a mudança de crenças irracionais envolve a identificação, disputa ou interrupção destas e posterior adoção de uma crença nova ou substituição por uma mais adaptativa.

Na visualização criativa, o processo apresentado pelo Dr. Gerald Epstein, onde a cura se dá por processos dialéticos mentais: pequenas histórias que são repetidas pelo próprio sujeito como forma de mudar o padrão de pensamento. Excelente efeito quando o medo fóbico gera ansiedade contínua pela apreensão de estar diante do objeto/situação estressora.

Já a hipnose clínica, uma das técnicas de abordagem utilizadas na hipnose clínica, se aproveita do estado alterado de consciência induzido para promover uma ressignificação da situação problema em um nível de profundo relaxamento. Nesse estado, a parte analítica da mente está menos ativa e o acesso ao trauma específico mais facilitado, já que não haverá recursos impeditivos ativos para contrapor o novo modelo de pensar o tema.



• Medo característico •

Entomofobia é a fobia a insetos e, especificamente, catsaridafobia é o medo de baratas. Talvez o nojo e evitação pelos insetos sejam algo embutido na filogenética humana, engravado nos genes, como tantos outros medos irracionais. Para isso devemos fazer um exercício de imaginação e irmos até uma época onde a higiene pessoal não era tão usual, e que as mulheres ainda não tinham o costume de usar roupas de baixo como nos dias atuais. No entanto, as baratas existiam e precisavam se alimentar do que estivesse disponível e ao seu alcance! Homens e mulheres dormindo, esse animal de hábitos noturnos roía os lábios e as barbas em busca de restos de alimento e nas mulheres sorviam alguns fluidos vaginais. Note que, ao ver uma barata, as mulheres (geralmente) juntam os joelhos e buscam um lugar mais alto para que as baratas não consigam subir por suas pernas. Definitivamente, o nojo é maior que o medo!

Existe uma linha de raciocínio que coloca o gatilho inicial do surgimento da fobia em um medo cotidiano não declarado

A troca de padrão comportamental é muito utilizada pela PNL e pode ser efetivada no sujeito fóbico de várias formas diferentes. Uma das mais usadas é o processo de identificação do gatilho inicial do processo – um momento que antecede a aparição do medo irracional. O profissional terapeuta deve marcar esse ponto e escolher outro comportamento mais adequado para resposta. Assim, aproveita-se a energia emocional do primeiro gatilho para substituir o resultado comportamental pelo mais desejado.

REFERÊNCIAS

- Barros Neto, T. P. Sem medo de ter medo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
Bernick, M. A. Ansiedade. Revista Brasileira de Medicina, vol., 46, n. 4, p. 99, 1989.
Dalgalarrodo, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
Bittencourt, S. M.; Oliveira, M. S. Do álcool e fobia social: um estudo retrospectivo e de associações. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, vol. 99, n. 1, p. 5, jan./fev./mar. 2005.
DSM-IV – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4a ed. Tradução Dayse Batista Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
Fobias específicas: classificação baseada na fisiopatologia/Specific phobias: a pathophysiology based classification – Por Renato T. Ramos – <http://www.medos.com.br/medos-e-fobias> e <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34n4/a06v34n4.pdf>
OLIVEIRA, J. Saiba quem está à sua frente. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2011.

JOÃO OLIVEIRA é psicólogo, mestre em Cognição e Linguagem, pós-graduado em Hipnose Clínica Hospitalar e organizacional, pós-graduado em Psicologia Humanista Existencial e pós-graduado em Cultura, Comunicação e Linguagem. Diretor de Cursos do Isec (Instituto de Psicologia Ser e Crescer). Autor do livro Saiba quem está à sua frente: análise comportamental pelas expressões faciais e comportamentais (editora WAK). **Revista PSIQUE, Fevereiro de 2013.**

Pesquisa pública, publicação privada (RICHARD MONVOISIN)

Às pesadas prateleiras das bibliotecas universitárias se somam cada vez mais uma enxurrada de publicações especializadas on-line, que oferecem, sem atraso e normalmente de graça, os últimos resultados dos laboratórios de pesquisa



"PUBLICAR OU APODRECER": a sentença do zoologista Harold J. Coolidge¹ resume a vida de um pesquisador. Pouco importa, para seu prestígio acadêmico, que seu modo de ensinar seja brilhante, seus estudos sejam bem fundamentados ou que ele seja gentil com os colegas: a avaliação do trabalho de pesquisa repousa de forma definitiva apenas na soma e na qualidade dos artigos publicados nas revistas científicas. A exposição ordenada dos resultados, passando pela humilhação da releitura por especialistas no assunto – o que chamamos normalmente de releitura dos pares, ou *peer-review* –, é a chave para isso.

As publicações são especializadas de acordo com a área de pesquisa. Assim, um especialista em história moderna da França tem à escolha uma dezena de revistas nacionais, e cerca de uma centena de periódicos acolhem os trabalhos de pesquisa feitos em física. Para escolher em que porta bater é preciso adaptar as pretensões, levando

em conta o fator do impacto da revista, quer dizer, seu valor no mercado do saber. Esse valor é fundado não na audiência, mas no número médio de citações dos artigos da dita revista em outros artigos científicos.² É conveniente acertar o alvo: muito baixo (uma revista pouco conhecida), e o artigo não será apreciado de acordo com seu valor, independentemente de sua qualidade; muito alto (as melhores publicações), e ele pode ser bloqueado durante meses pelos avaliadores, para no final ser recusado. Por ser feroz a concorrência entre as equipes de pesquisa, corre-se, então, o risco de ser ultrapassado na linha de chegada.

Além de o autor do artigo não ser pago, seu laboratório deve, frequentemente, participar nos gastos de secretaria ou impressão. Em troca, ele recebe capital simbólico (reconhecimento, prestígio): o direito de indicar o título do artigo – envolto na aura de seu fator de impacto – em seu *curriculum vitae*. Os leitores-avaliadores do artigo, por sua vez, são cientistas anônimos solicitados pela revista; eles também são remunerados apenas em capital simbólico. Quando um pesquisador submete um texto numa área muito específica, seus juízes às vezes participam da mesma corrida. Claro, a honestidade e a boa-fé predominam e, em caso de conflito de interesses patente, é possível recusar antecipadamente um avaliador concorrente. Mas as disputas por influência e os conluios são inevitáveis. A pesquisa moderna se transforma, então, em uma arena percorrida por centenas de hamsters na qual, como nos clássicos videogames, se multiplicam poças de óleo, cascas de banana e rasteiras

Essa mecânica não cooperativa parece hoje "sem fôlego"³ e pesa na qualidade de produção do conhecimento. As grandes revistas estão congestionadas; resultados não acabados, de interesse medíocre, são por vezes publicados de maneira precipitada; os resultados negativos – quer dizer, sem conclusão –, que no entanto são muito úteis, nunca são publicados.⁴ E o sistema de releitura pelos pares está longe de garantir a honestidade de todas as publicações. Resultados fraudulentos, maquiados para melhor seduzir, às vezes até completamente forjados, superam regularmente esse filtro. Podemos citar os casos de Jan Hendrik Schön, físico alemão dos laboratórios Bell desmascarado em 2001; de Hwang Woo-suk, biólogo sul-coreano descoberto em 2005; ou do psicólogo Diederik Stapel, que se demitiu em 2011. Depois de ter estudado os 17 milhões de publicações científicas, de 1950 a 2007, referenciadas pela base de dados Medline, os pesquisadores Murat Çokol, Fatih Ozbay e Raul Rodriguez-Esteban observaram que a porcentagem de retratações de artigos pelas revistas "tem aumentado" significativamente desde os primeiros escândalos científicos, nos anos 1970. Esses casos tinham conduzido à instalação do Office of Research Integrity (ORI), escritório norte-americano pela integridade na pesquisa.⁵

A avaliação dos pesquisadores é comprometida: a busca por citações engendra uma forma de tráfico de influências, levando, por exemplo, à citação de amigos. Encontram-se igualmente artigos assinados por dezenas de nomes: os dos jovens pesquisadores que realizaram o essencial do trabalho e os dos diretores de laboratório, claramente menos implicados – revelando um procedimento que pode ser legítimo no caso de trabalhos fundadores que tenham efetivamente contado com um grande número de participantes. Impõe-se, assim, o que o sociólogo Robert K. Merton chamava de "efeito Mateus" (São Mateus: "Porque, àquele que tem, se dará e terá em abundância; mas, àquele que não tem, até aquilo que tem lhe será tirado"), um encadeamento de mecanismos pelos quais os mais favorecidos, no caso os mais citados, tendem a ganhar vantagem sobre os outros, que irão encher as colunas das revistas medíocres e pouco lidas.

Esse sistema se revela, além do mais, muito dispendioso para a comunidade científica. O contribuinte financia uma pesquisa que o cientista publicará – muitas vezes à sua custa – em uma revista endossada por uma empresa privada, que outros pesquisadores deverão avaliar gratuitamente e que as universidades deverão, em seguida, comprar a preço de ouro. É possível dizer, com efeito, que a literatura científica custa caro. A metade do orçamento de funcionamento das bibliotecas universitárias vai embora nas assinaturas, o que prejudica imediatamente os estabelecimentos menos ricos e tem repercussões sobre astaxas de matrícula dos estudantes.⁶

Ascensão da Elsevier

Uma editora, a Elsevier, cresce em poder e chama a atenção. Sua história começa nos anos 1580, em Louvain, na Bélgica. Um certo Lodewijk Elzevir (1542-1617), tipógrafo, fundou uma empresa de publicação e difusão de livros, em particular de clássicos latinos. A empresa familiar subsistiu com dificuldade por algumas décadas, depois desapareceu com o último de seus representantes, em 1712. Em 1880, em Amsterdã, nasceu a Elsevier, em homenagem a essa antiga editora.

Em pouco mais de um século, ela tomou conta de uma grande parte da publicação científica no mundo. Em 1993, a fusão das empresas Reed International e Elsevier PLC criou a Reed-Elsevier, segundo maior conglomerado de edição mundial, atrás da Pearson.⁷ Agora proprietária da revista *Cell*, do *Lancete* e de coleções de livros como *Gray's anatomy*, a Elsevier publica 240 mil artigos por ano em cerca de 1.250 revistas. Seus lucros se aproximaram de 1 bilhão de euros em 2011.⁸ Para algumas bibliotecas, a assinatura anual dos jornais da editora representa cerca de US\$ 40 mil. Para os 127 estabelecimentos franceses onde as compras de assinaturas eletrônicas são gerenciadas pela Agência Bibliográfica do Ensino Superior, as publicações Elsevier custaram 13,6 milhões de euros em 2010.

Até agora, nos Estados Unidos, os Institutos Nacionais de Saúde tinham o costume de exigir dos pesquisadores que colocassem em acesso livre o resultado dos trabalhos financiados pelo contribuinte. Quando, em dezembro de 2011, foi apresentado ao Congresso um projeto de lei proibindo esse procedimento, muitos cientistas se revoltaram. Em 21 de janeiro de 2012, o matemático Timothy Gowers, ganhador da medalha Fields em 1998, anunciou que boicotaria a partir de então a Elsevier. Depois de um artigo no *Guardian*, em Londres, e depois no *New York Times*,⁹ ele foi acompanhado por outros 34 matemáticos. Logo foi lançada uma petição intitulada "The cost of knowledge" ("O custo do conhecimento"), assinada por mais de 10 mil pesquisadores acadêmicos. A Universidade Paris 6, que gasta mais de 1 milhão de euros por ano com essas assinaturas, entrou no boicote

As bibliotecas, de mãos atadas, podem apenas apoiar o boicote; por exemplo, o conselho de administração da Universidade Harvard, que conta todo ano com US\$ 3,75 milhões para comprar revistas, encorajou seus 2,1 mil professores e pesquisadores a colocar suas pesquisas à disposição on-line.¹⁰ "Espero que outras universidades façam a mesma coisa", declarou Robert Darnton, diretor da biblioteca.¹¹ "Estamos todos confrontados com o mesmo paradoxo. Fazemos as pesquisas, escrevemos os artigos, trabalhamos no referenciamento dos artigos de outros pesquisadores, tudo de graça... Em seguida, compramos o resultado do nosso trabalho por um preço escandaloso."

Já existem algumas soluções, em particular na área da publicação livre e aberta (com os sites PLoS, HAL, arXiv...). A longo prazo, a comunidade dos pesquisadores não terá outra escolha a não ser desenvolver melhor essas soluções a fim de burlar o sistema.

Ilustração: Orlando

1 Harold Jefferson Coolidge, Archibald Cary Coolidge: life and letters, 1932.

2 Deve-se o fator de impacto a Eugène Garfield, fundador do Institute for Scientific Information, cujo primeiro Science Index data de 1963.

3 Laurent Ségalat, La science à bout de souffle? [A ciência sem fôlego?], Seuil, Paris, 2009.

4 Brian Martinson, Melissa Anderson e Raymond de Vries, "Scientists behaving badly" [Cientistas se comportando mal], Nature, Londres, n.435, 9 jun. 2005.

5 Murat Çokol, Fatih Ozbay e Raul Rodriguez-Esteban, "Retraction rates are on the rise" [Taxas de retração estão em ascensão], EMBO Reports, 2008.

6 Ler Isabelle Bruno, "Pourquoi les droits d'inscription universitaires s'envolent partout" [Por que as taxas de matrícula universitárias aumentam em todos os lugares], Le Monde Diplomatique, set. 2012.

7 Livres Hebdo, Paris, 22 jun. 2012.

8 Reed-Elsevier, Annual reports and financial statements 2011. Disponível em: <www.elsevier.com/about/annual-reports>.

9 "Scientists sign petition to boycott academic publisher Elsevier" [Cientistas assinam petição para boicotar a editora acadêmica Elsevier], The Guardian, Londres, 2 fev. 2012; "Mathematicians organize boycott of a publisher" [Matemáticos organizam boicote a editora], The New York Times, 13 fev. 2012.

10 Faculty Advisory Council Memorandum on Journal Pricing, "Major periodical subscriptions cannot be sustained" [Principais assinaturas não podem ser sustentadas], 16 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.harvard.edu/>>.

11 Ler Robert Darnton, "La bibliothèque universelle, de Voltaire à Google" [A biblioteca universal, de Voltaire ao Google], Le Monde Diplomatique, mar. 2009.

RICHARD MONVOISIN é pesquisador e membro do Coletivo de Pesquisa Transdisciplinar Espírito Crítico e Ciências (Cortecs), em Grenoble. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Fevereiro de 2013.**

Dinheiro vivo (KARINA GOMES DE ASSIS)

Análise do uso do dinheiro na sociedade atual mostra que ele é determinante nas relações sociais, e, ao mesmo tempo, determinado por elas

O dinheiro torna-se interessante objeto de análise quando nos contrapomos à visão da Economia que o encara como intermediário impessoal e perfeitamente adequado à racionalidade que as trocas mercantis necessitam. O questionamento a respeito das diferentes formas de interpretação do dinheiro em variados contextos e grupos sociais, apoiado em preceitos antropológicos e sociológicos sobre a moeda e o mercado, dá uma noção distinta à realidade na qual o dinheiro é encontrado.

Ao refletir sobre os cenários atuais nos quais sobressaem crises econômico-financeiras, corrupção, contextos em que a ganância e o questionamento moral em torno do dinheiro são levantados, a complexidade parece mais evidente. Mas tal complexidade pode ainda ser trabalhada na chave da produtividade via trabalho, que tem como resultado o salário, e a questão do desemprego, que também retoma esse contexto e remete indiretamente ao valor monetário adquirido ou não obtido (no caso do desemprego). Mais ainda ao serem pensados os avanços nos padrões de consumo e a necessidade do uso do dinheiro para a obtenção de bens e a ascensão no número de pessoas que utilizam bancos e tecnologias/mecanismos financeiros no dia a dia, como crédito/juros, cartões, cheques, empréstimos, e a maneira como estes são interpretados (NEIBURG, 2010; MÜLLER, 2009; WILKIS, 2008). Nota-se que o dinheiro assume sentidos diversos, que transitando entre ordens quantitativas e qualitativas criam cenários específicos a serem explorados.



Como Neiburg (2010) observa em *Os sentidos sociais da Economia*, diferente do que apontam economistas, o dinheiro reveste-se por noções singulares, sendo marcado por suas origens e usos. A racionalidade proposta pela teoria econômica que se apoia no modelo objetivo do *Homo economicus* dá à ação um caráter mais instrumental normativo do que descritivo- explicativo, na medida em que aplica as regras da lógica para compreender o sentido da ação, sendo, portanto, passível de uma "formalização matemática" (STEINER, 2006).

A importância da interpretação que se faz do dinheiro justifica-se pela sua centralidade nas abordagens clássicas do desenvolvimento do mundo moderno

Abordagens clássicas

A importância da interpretação que se faz do dinheiro justifica-se pela sua centralidade nas abordagens clássicas do desenvolvimento do mundo moderno, que lhe dá como característica a onipotência na medida em que se torna instrumento fundamental para a racionalização da vida social como exigido na sociedade moderna. Essa capacidade incondicional de intercâmbio possibilitada por sua objetividade lhe permite atuar como um intermediário em relações de troca das quais se entendem como pressupostos, além da racionalidade, uma impessoalidade que nenhuma outra forma intermediária poderia ter. Tal como apresenta Zelizer (2003, p. 128), "à medida que o dinheiro se tornasse apenas 'mero dinheiro', a sua liberdade passaria a ser aparentemente inquestionável e as suas utilizações ilimitadas". Essa utilização ilimitada lhe é conferida pela instrumentalidade para a qual **Simmel (1978)** tece uma crítica por meio da afirmação de que o dinheiro esvazia o núcleo das coisas. O dinheiro transforma inclusive objetos intangíveis em mercadorias comuns, até mesmo aqueles desprovidos de utilidade, a exemplo da consciência e da honra - aquilo que até então não se podia comprar passa a ter um preço.

O dinheiro transforma objetos intangíveis em mercadorias comuns, a exemplo da consciência e da honra

Simmel (1978) » Em Simmel (1978), o debate sobre o dinheiro ocupa lugar de destaque atribuindo a ele o papel de determinante das relações sociais, na medida em que o dinheiro transforma o qualitativo em quantitativo, o substancial em relativo e o destitui de todo e qualquer significado. Dessa forma o dinheiro, em sua interpretação, intermedeia as relações entre os atores anulando sua personalidade, transformando associações em simples associações instrumentais cuja lógica fundamental é o interesse pelo lucro. O autor faz uma alusão às sociedades pré-modernas, onde a dependência do grupo é uma das características fundamentais em comparação às relações agora intermediadas pelo dinheiro: o dinheiro como mediador torna-se obrigatório para o estabelecimento das relações sociais pautadas nas trocas mercantis.

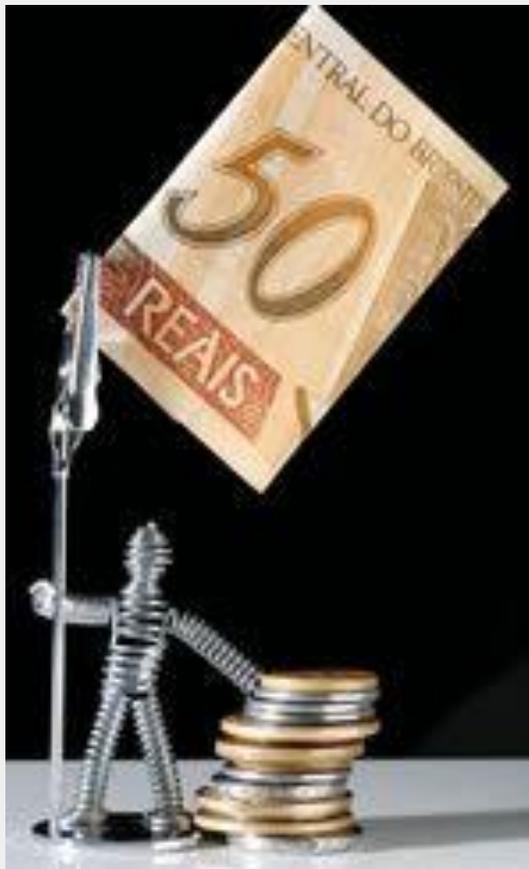
As diversas interpretações

O dinheiro no mercado financeiro versus o dinheiro na sociedade - O movimento "Ocupar Wall Street" demonstra a complexidade de entendimentos /interpretações para o uso do dinheiro. Se de um lado encontramos personagens estereotipados pela ganância - sendo o dinheiro a forma de realização e constatação de poder individual, de outro temos um movimento que antagonicamente atribui ao dinheiro uma capacidade distinta: a de empoderamento coletivo e desenvolvimento social.

O dinheiro para os consumidores compulsivos e devedores -

Uma das caracterizações do devedor e um comprador compulsivo é a fuga da racionalidade no uso do seu dinheiro fazendo com que o comprar se associe a outras formas que não apenas a de adquirir algo em troca pelo dinheiro. Ficam evidentes duas lógicas que permeiam este contexto: o uso racional do dinheiro guiado pela característica impessoal, intermediária nas relações de compra (representado pelas instituições de recuperação) e sua utilização para satisfazer desejos emocionais que fogem à primeira noção.

O dinheiro entre o pecado e a predestinação - Como mostra Max Weber em *A Ética Protestante e o "espírito" do Capitalismo*, o estabelecimento deste espírito capitalista esteve muito associado à maneira como o dinheiro pôde ser encarado na sociedade. O protestantismo, por meio da noção de predestinação transforma a relação homem/Deus e concede um significado distinto ao trabalho intramundano inserindo a noção de que o comportamento do homem não somente agrada a Deus como também é fruto da ação divina-dessa forma o desempenho é entendido como ligado à graça de Deus, o que altera as chaves de pensamento da época e permite que ocorra uma interpretação ascética do dinheiro, livre das chaves morais e do pecado presentes no pensamento cristão.



Dinheiro: no Brasil e nos EUA - Já parou para pensar o que significa dinheiro nos EUA e no Brasil? Ruben Oliven em seu trabalho *De Olho no Dinheiro dos Estados Unidos* chama a atenção para as noções distintas do dinheiro nas duas nações. Enquanto nos EUA há uma compreensão mais limpa do dinheiro, no Brasil tendemos a associá-lo a características impuras ligadas a sujeira, a exemplo de quando enfatizamos a riqueza de alguém: "ela é podre de rica", ou

dizemos que um cofre foi roubado: "limparam tudo" - o que acontece de maneira contrária nos Estados Unidos em que a pobreza é sempre retratada como sendo mais suja que o dinheiro: "dirt poor" (sujo de tão pobre).

Os diversos sentidos para o dinheiro - Embora o dinheiro pareça homogêneo, lhe atribuímos significados e usos distintos. O dinheiro recebido por meio do seguro de vida ou herança - que remete à perda de um ente próximo não possui o mesmo significado que aquele ganhado na loteria ou em um reality show que também se diferenciam daquele alcançado pelo investimento em um negócio ou no mercado financeiro. São muitos os tipos de dinheiro e cada um deles está condicionado por conjuntos particulares de fatores sociais e culturais.

Dinheiros especiais

Viviana Zelizer (2003), em *O significado social do dinheiro*, chama atenção para a diferenciação que é criada no entendimento do dinheiro em famílias de diferentes classes, e ainda conforme idade e gênero. Fazendo uso da ideia de

"dinheiros especiais", a autora ressalta a incorporação do social e do simbólico à significação dada ao dinheiro, que neste caso liga-se a diferentes concepções culturais de relações de poder, de vida familiar, de gênero e idade. Assim, cada tipo de dinheiro especial molda-se por diversas e diferentes redes de relações sociais e sistemas de significado. "A cultura e a estrutura social impõem limites intransponíveis ao processo de 'dinheirização', introduzindo restrições e formas de controle à fluidez e liquidez do dinheiro" (ZELIZER, 2003, p. 135).

Seguindo os passos de Zelizer, temos outros estudos que buscam orientar a reflexão de uma realidade na qual o dinheiro está presente por meio de uma teia de complexas relações e significados sobre o que ele representa. Müller (2009) faz uma etnografia interessante abordando as consequências do acesso de grupos populares a serviços e mecanismos financeiros - oferta de crédito, relacionamento com juros, cartões de crédito etc., mostrando como as lógicas sociais e econômicas se entrelaçam na vida cotidiana desses atores. Outro estudo que remete à lógica econômica imposta pelo dinheiro é a tese de Leite (2011), em que são abordadas as diferentes lógicas trabalhadas pelos "consultores financeiros", os quais através de livros de autoajuda buscam inserir na vida cotidiana aspectos concernentes ao **Homo economicus**, atraindo diferentes classes para o mercado financeiro e trazendo implicações simbólicas e cognitivas para a sociedade brasileira a exemplo da ideia de necessidade de uma educação financeira.

Homo economicus » Uma das diferenças entre a Economia e a Sociologia está na caracterização da natureza humana e diz respeito a uma das principais críticas sociológicas à abordagem economicista. Enquanto a Sociologia tem seu modelo baseado na ideia de um Homo sociologicus, cuja definição é complexa, a Economia lança mão de um modelo caracterizado pela sua simplicidade na medida em que o coloca como "maximizador instrumental", um ser racional e movido por interesses fixos. Tomando como base o cálculo preciso, o Homo economicus só agirá quando sua atitude lhe fornecer benefícios relevantes. Essa distinção na concepção da natureza humana se estende e dá o encaminhamento para a interpretação da sociedade que é realizada. Se a Sociologia destaca a coletividade, a Economia tende a considerar a sociedade como resultado de escolhas individuais, definindo-a como "agregação de decisões racionais tomadas a nível individual" (HIRSCH, 2002, p. 109).

"A cultura e a estrutura social impõem limites intransponíveis ao processo de 'dinheirização', introduzindo restrições e formas de controle à fluidez e liquidez do dinheiro" (ZELIZER, 2003, p. 135)



Contrastes: em cenários atuais nos quais sobressaem crises econômico-financeiras, o uso do dinheiro pede reflexões mais complexas, para além da racionalidade proposta pela Economia

Wilkis (2008), em seu trabalho "Os usos sociais do dinheiro em circuitos filantrópicos - 'o caso das publicações de rua'", trabalha na dicotomia filantropia/mercado, em um contexto no qual a reconquista da "cidadania" pelos moradores em situação de rua ocorre através da sua inserção em um mercado, que prevê seu acesso ao dinheiro por meio da venda de revistas. O autor aborda tanto a noção de empoderamento dos indivíduos atrelada ao acesso monetário e as diferentes lógicas que a troca revista/dinheiro pode assumir nesse contexto tão particular em que a relação com o outro (no caso com o morador de rua) pode moldar o entendimento do que vem a ser a troca.

Podemos ainda citar estudos clássicos, que fogem à análise de uma realidade na qual se considera apenas a questão material/ racional do dinheiro. Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, mostra como, diante do asceticismo e da visão de trabalho incentivados pela Reforma Protestante à procura da salvação, são provocadas ações racionais em relação a um valor cujas consequências econômicas são evidentes, chamando atenção para a racionalidade ligada a um valor (religioso), que provoca como consequência a aparição/fortalecimento de um sistema econômico - mostrando a combinação de uma conduta pautada pelo interesse e de outra baseada nas relações entre os atores em que são compreendidos os valores, normas, afetos (WEBER, 2004; STEINER, 2006).

O interesse em analisar como as relações de mercado são construídas socialmente e em entender a origem de fenômenos econômicos constitui a principal linha de atuação da Sociologia Econômica (SE)

"A subjetivação das coisas e a objetivação das pessoas fazem parte de um mesmo universo no qual se processam as relações humanas e suas transformações" (NEIBURG, 2010, p. 16). Diante dessa afirmação podemos notar a interposição das duas lógicas, econômica e social-cultural, com isso podemos concluir que embora por muito tempo tenha sido assunto legítimo de economistas, o dinheiro por meio da compreensão de seu caráter social e cultural não está mais confinado ao domínio intelectual dos modelos limpos apresentados pelos economistas.

Para não racionalizar a Economia

Segundo Swedberg (2004, p. 8) "a **Sociologia Econômica** pode ser definida de modo conciso como a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos - mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante". O interesse em analisar como as relações de mercado são construídas socialmente e em entender a origem de fenômenos econômicos constitui a principal linha de atuação desse campo, por meio de uma abordagem histórica, cultural e social.

Sociologia Econômica » Tendo Weber, Durkheim, Pareto como alguns dos autores que fundamentaram sua origem (STEINER, 2006), a Sociologia Econômica dispõe-se a analisar como o contexto social é inseparável das relações econômicas, dando relevância para as regras sociais que organizam os mercados - abordando os fatos econômicos como fatos sociais. Distingue-se prioritariamente da teoria econômica, dando especial atenção aos comportamentos não racionais, enquanto esta se marca pela preocupação com os comportamentos racionais do indivíduo.

A Sociologia Econômica desenvolve-se, segundo Steiner (2006), em três dimensões que estão interligadas: a primeira é a construção social das relações econômicas - frente ao esvaziamento dos conteúdos sociais nas relações mercantis através da abordagem da Economia ortodoxa, em seguida a dimensão analítica/crítica da teoria econômica que caracteriza uma explicação sociológica para as variáveis mercantis, e a terceira, a dimensão cultural e cognitiva - busca mostrar como os conhecimentos no campo econômico são estruturados e se opõem, dando a dimensão do funcionamento desse campo a partir das informações retidas pelos agentes.

Essa corrente "desconfia das virtudes do paradigma da racionalidade" (MARQUES, 2003, p. 4) e propõe um ator social cuja capacidade estratégica é limitada, não podendo, dessa maneira, direcionar suas ações em todos os momentos para a maximização de seus ganhos. Segundo Bourdieu em *Le champ économique* (1997), os agentes não podem ser considerados como universais, pois suas propriedades resultam de seu posicionamento e deslocamento no espaço social, e, por conseguinte, de uma história individual e coletiva. Assim, conclui-se que o comportamento dos agentes segue mais a ideia que possuem do "jogo" - que se adquire ao longo do seu "itinerário social" - do que suas estratégias e cálculos precisos (GARCIA-PARPET, 2006, p. 347).

Mãos sujas e modelos limpos - o embate entre a Sociologia Econômica e a Economia

As questões concernentes ao enfrentamento da Economia pela Sociologia Econômica apontam em direção à constituição de uma abordagem que prevê a explicação de fenômenos econômicos pautada nos preceitos da Sociologia, ou seja, as reflexões se orientam rumo às percepções e sentidos dos agentes - sendo considerada, portanto, como compromissada com uma abordagem mais complexa dos fenômenos analisados.

A crítica feita à abordagem econômica da realidade diz respeito aos resultados construídos pela Economia, que simplificam os fatos, valorizando a elegância de seus modelos dos quais podem ser abstraídas previsões. O princípio da racionalidade que permeia a interpretação econômica dos acontecimentos, tendo como principal unidade de análise o indivíduo, é encarado pelos sociólogos como aquilo que leva os economistas à incompreensão de um confuso e imperfeito mundo empírico, cujas conexões e relações são muito mais complexas do que seu modelo elegante e "limpo" poderia prever.

Embora não desconsiderem de todo a ação racional, os sociólogos pautam seus estudos dando abertura às questões culturais, valores, estruturas sociais e implicações políticas - sendo mais qualitativa, possuindo muito mais variáveis e por consequência dessa multiplicidade de fatores, modelos muito mais confusos do que aqueles apresentados pela Economia. "A Sociologia presta atenção a muitas dimensões das realidades complexas, enquanto a Economia se limita geralmente a uma única forma de abordar os problemas" (HIRSCH, 2002, p. 116). Assim se estrutura a Sociologia Econômica como mãos sujas contraposta à Economia como modelo limpo, uma vez que a considera como incapaz de abarcar em seus estudos a diversidade da vida social e sua complexa magnificência.

O mercado como construção social

A noção de mercado enquanto construção social aparece em posição à concepção da teoria econômica que o identifica como algo abstrato formado por preços e demandas, abordando-o no singular como sendo um ponto de equilíbrio entre oferta e demanda livre de um constrangimento moral e religioso. A noção de mercado é por ela utilizada como forma de definir o comportamento economicamente racional traduzida na personalidade do *Homo economicus* (STEINER, 2006), assim a visão sociológica busca ampliar o horizonte de explicação para seu funcionamento fugindo da tendência linear de explicação da Economia. É com Karl Polanyi que se desenvolve o entendimento da inserção social do mercado a partir da ideia de incrustação (*embeddedness*) - que afirma a regulação do mercado na sociedade a partir de configurações sociais, sendo uma delas o Estado, conceito posteriormente explorado por Granovetter (2007) quando do surgimento da Nova Sociologia Econômica. Desse modo, conclui-se que apenas é possível explicar o funcionamento e constituição dos mercados tendo em vista as estruturas sociais (SWEBBERG, 2004) - os mercados são antes de tudo formas de interação entre seres humanos com histórias, características singulares (NEIBURG, 2010) onde é possível o estabelecimento de laços sociais que os submetem a recompensas e sanções. Ao analisar os mercados em seus contextos sociais, tem-se por objetivo abrir a "caixa-preta" onde estão ocultas as estruturas e mecanismos que regem seu funcionamento. Somente deste modo é possível alcançar os "contratos não contratuais" que envolvem as transações de mercado, onde as particularidades históricas e sociais são extremamente importantes para seu entendimento.

No Brasil, a SE toma parte no debate sobre a realidade encontrada no país, que interliga questões do empresariado, da Política e as relações de

Divide-se de forma mais ampla em duas tradições: norte-americana e francesa. A primeira tem como foco predominante o enraizamento, as redes e a construção social da Economia por meio da teoria das redes, da teoria das organizações e da Sociologia Cultural (SWEDBERG, 2004). A tradição francesa, como apontado por Swedberg (1991), é representada por Émile Durkheim, Marcel Mauss, François Simiand ou Maurice Halbwachs, e posteriormente Bourdieu. Seus estudos desejam ir além da teoria econômica, dando ênfase principalmente ao papel das instituições econômicas, à dimensão cultural e simbólica dos fenômenos econômicos, acreditando que a Sociologia Econômica deve apoiar-se no método comparativo e histórico, em contraponto às premissas irrealistas da teoria econômica (RAUD, 2007).

No Brasil, o desenvolvimento da Sociologia Econômica tem levantado questões interessantes para o debate sobre a realidade encontrada no país, que interligam questões que envolvem tanto o empresariado quanto as ligações entre Economia e Política, as relações de poder e outros temas relacionados à organização da vida econômica (RAUD, 2009). Atualmente o Blog de Sociologia Econômica no Brasil (<http://sociologiaeconomicanobrasil.wordpress.com/>) visa unificar os grupos que se dedicam a essa abordagem no país e no mundo.

Para além dos alunos de Sociologia

Quando debatemos questões relacionadas ao dinheiro, podemos partir de diferentes abordagens: econômica, cultural, social, com perspectivas que partem respectivamente das visões economicista, antropológica e sociológica. As duas últimas mostram-se interessantes por permitir uma reflexão complexa dentro do cenário no qual o dinheiro está envolvido, mostrando as dimensões não racionais que o envolvem. Esse tipo de colocação, que foge de um senso comum sobre o entendimento do que pode representar a moeda, o dinheiro, não exige necessariamente que se tenha um completo entendimento teórico sobre tal debate, podendo ser trabalhado com alunos de diferentes cursos. Uma experiência que exemplifica essa abordagem para além dos alunos de Sociologia ou Ciências Sociais é a atividade oferecida pelo Núcleo de Sociologia Econômica e das Finanças - NESEFI, da Universidade Federal de São Carlos. Por meio de um espaço permitido por um projeto de extensão da universidade, denominado Aciepe (Atividade Curricular de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão), cuja proposta é o diálogo com diferentes segmentos da sociedade e o ensino para além das salas de aula, tem sido possível transmitir e compartilhar com membros da comunidade e estudantes de outras áreas, que não a Sociologia, entendimentos teóricos e práticos até então restritos ao âmbito do grupo. A partir de exemplos, questões práticas do dia a dia, representações cinematográficas de questões econômicas e financeiras e de um contato próximo com diversos pesquisadores do núcleo, tem sido possível estimular a reflexão por um viés que foge da concepção linear das práticas econômicas em que o dinheiro e a Economia são os pontos centrais, o que permite a problematização de uma realidade pouco questionada no dia a dia.

Referências

- BOURDIEU, P. **Le champ économique**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 119, p. 48-66, 1997.
- GARCIA-PARPET, M. F. **A gênese social do homo economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu**. Rio de Janeiro: Mana, v. 12, n. 2, out. 2006.
- GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. RAE, vol. 6, n. 1, 2007.
- Hirsch, P.; Stuart, M.; Friedman, R. **"Mãos sujas" versus "modelos limpos": estará a Sociologia em risco de ser seduzida pela Economia?** In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). A nova Sociologia Econômica: uma antologia. Oeiras: Editora Celta, p. 125-165, 2003.
- LEITE, E. da S. **Reconversão de habitus: o advento do ideário de investimento no Brasil. Tese de doutorado**. Universidade Federal de São Carlos, 2011.
- MARQUES, R. **Os trilhos da Nova Sociologia Econômica**. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). A nova Sociologia Econômica. Oeiras: Editora Celta, 2003.
- MÜLLER, L. H. A. **Então, eu fui à luta!: repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social**. Política e Sociedade, vol. 8, n. 15, out. 2009.
- NEIBURG, F. **Os sentidos sociais da Economia**. In: DUARTE, L. F. D. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia. ANPOCS/Barcarolla/Discurso Editorial, 2010.
- POLANYI, K. **A grande transformação. As origens da nossa época**. São Paulo: Campus, 1980.
- RAUD, C. **Bourdieu e a nova Sociologia Econômica**. São Paulo: Tempo Social, v. 19, n. 2, nov. 2007.
- Raud, C. **Dimensões da Sociologia Econômica no Brasil**. In: MONDADORE, A. P. C. et al. (Orgs.). Sociologia Econômica e das Finanças- um projeto em construção. Ed. UFSCar, 2009.
- SIMMEL, G. **The Philosophy of money**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- SOUZA, J.; ÖELZE, B. **Dinheiro na modernidade**. In: SOUZA, J.; ÖELZE, B. Simmel e a Modernidade. Brasília: UnB, p. 23-40, 1998.
- STEINER, P. A Sociologia Econômica. São Paulo: Atlas, 2006.
- SWEDBERG, R. **Major traditions of Economic Sociology**. Annual Review of Sociology, 17, p. 251-276, 1991.
- SWEDBERG, R. **Prefácio**. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). A nova Sociologia Econômica. Oeiras: Editora Celta, 2003.
- SWEDBERG, R. **Sociologia Econômica: hoje e amanhã**. In: Tempo Social Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 2, São Paulo, p. 7-34, 2004.
- WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WILKIS, A. **Os usos sociais do dinheiro em circuitos filantrópicos - "o caso das publicações de rua"**. Mana, vol. 14, n. 1, 2008.
- ZELIZER, V. **O significado social do dinheiro - Dinheiros especiais**. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). A nova Sociologia Econômica. Lisboa, Paris, p. 125-166, 2003.

KARINA GOMES DE ASSIS é cientista social e mestre em Engenharia de Produção. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças. Professora substituta do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. **Revista SOCIOLOGIA, Fevereiro de 2013.**

Lucas Rocha